



Estado do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA

**GASTOS AMBIENTAIS, FATORES EXPLICATIVOS NOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE DO
PARANÁ**

DILCE SIMÕES DOS SANTOS PARIS

Toledo – Paraná – Brasil

2022



Estado do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA

GASTOS AMBIENTAIS, FATORES EXPLICATIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ

Dilce Simões dos Santos Paris

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/*Campus* Toledo, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr Douglas André Roesler
Coorientador: Prof. Dr José Antonio Cescon

DEZEMBRO / 2022

Toledo – PR

FICHA CATALOGRÁFICA

Paris, Dilce Simões dos Santos
Gastos Ambientais, Fatores Explicativos nos Municípios da
Região Oeste e Sudoeste do Paraná / Dilce Simões dos Santos
Paris; orientador Douglas Roesler; coorientador José
Antonio Cescon. -- Toledo, 2022.
68 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de
Engenharias e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Ambientais, 2022.

1. Meio Ambiente. 2. Gestão Pública. 3. Desenvolvimento
Sustentável. 4. Agenda 2030. I. Roesler, Douglas , orient.
II. Cescon, José Antonio, coorient. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dilce Simões dos Santos Paris

**“GASTOS AMBIENTAIS, FATORES EXPLICATIVOS NOS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – Mestrado, do Centro de Engenharias e Ciências Exatas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, avaliada pela Comissão Examinadora composta pelos membros:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Douglas André Roesler (Presidente)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Prof. Dr. José Antônio Cescon - Coorientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Prof. Dr. Antônio Carlos Brunozi
Universidade Federal de Viçosa - UFV

Prof. Dr. André Hein
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Aprovada em: 08 de dezembro de 2022.

Local de defesa: Via remota síncrona.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que em sua infinita bondade me permitiu trilhar esse caminho rumo ao conhecimento.

A minha família, esposo e filhos, por me apoiarem em tempo integral, suportarem as minhas ausências e me incentivarem sempre.

A Unioeste, por ser uma instituição que cumpre o seu papel de produzir ciência em prol da comunidade.

Aos professores que conduziram as disciplinas de forma grandiosa e nos mostraram que a ciência sempre engrandece.

A secretária do programa, Lisângela, sempre prestativa e atenciosa, a qual sempre nos atendeu e auxiliou com a parte documental.

Ao meu orientador, Dr. Douglas, que dedicou seu tempo e paciência, compartilhou conhecimento e mostrou o caminho a ser trilhado.

Ao meu coorientador, Dr. Cescon, que direcionou, realinou, incentivou, questionou e fez com que a pesquisa crescesse.

Aos amigos que tive a oportunidade de fazer. Muitos certamente seguirão comigo pelo caminho, outros tomarão outras direções, mas não deixarão de fazer parte da minha história.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 LINHA DE PESQUISA.....	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	18
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	20
2.1 CATEGORIAS TEÓRICAS.....	20
2.1.1 Transparência.....	20
2.1.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – (IDEB)	25
2.1.3 Nível Populacional.....	26
2.1.4 Atividade Econômica	27
2.1.5 PIB Per Capita e Formação Educacional dos Gestores	28
2.2 CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA	28
2.3 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PLANOS PLURIANUAIS	34
3 METODOLOGIA	40
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	40
3.3 PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4 RESULTADOS E ANÁLISE.....	46
4.1 REGIÃO OESTE	46
4.2 REGIÃO SUDOESTE	48
4.3 ANÁLISE CONJUNTA DAS REGIÕES OESTE E SUDOESTE	49

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6 REFERÊNCIAS.....	62
7 APÊNDICE.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
EBT	Escola Brasil Transparente
IAID	Índice de Acesso a Informações de Dados no Portal da Transparência
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDGA	Índice das Disposições Gerais do Portal da Transparência
IGDM	Índice Geral de <i>Disclosure</i> dos Municípios
IILP	Índice de Informações de Licitações e Quadro de Pessoal no Portal da Transparência
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de Acesso à Informação Pública
LC	Lei Complementar
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NBC TSP	Normas Brasileira de Contabilidade Setor Público
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NPM	New Public Management (Nova Gestão Pública)
NSP	Novo Serviço Público
NPG	New Public Governance
ODS	Objetivos do desenvolvimento sustentável
PPA	Plano Plurianual
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TS	Teoria dos <i>Stakeholders</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interligação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	37
Figura 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....38

Quadro 2 – Itens para Avaliação do Nível de *Disclosure* nos Municípios.....41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Índice Geral de <i>Disclosure</i> dos Municípios da Região Oeste	46
Tabela 2. Índice Geral de <i>Disclosure</i> dos Municípios da Região Sudoeste	48
Tabela 3. Indicadores Base Região Oeste	50
Tabela 4. Indicadores Base Região Sudoeste	50
Tabela 5. Comparativo entre os municípios mais populosos da região oeste e sudoeste (acima de 80.000 habitantes)	52
Tabela 6. Teste de correlação de Spearman entre Variável ExecOrc2021 e variáveis independentes.....	55
Tabela 7. Influência do nível populacional, Ideb, formação e sexo do gestor, PIB <i>per capita</i> , tipo de atividade predominante, e Índice de <i>disclosure</i> do Município sobre despesas com meio ambiente.....	56
Tabela 8. Relação gastos ambientais e população.....	58

RESUMO

PARIS, D. S. S. Gastos ambientais, fatores explicativos nos municípios da região oeste e sudoeste do Paraná – 2022. 72 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Uniãoeste. Toledo, 2022.

O crescimento populacional e o conseqüente crescimento do consumo têm fomentado a discussão sobre o desenvolvimento sustentável como forma de manutenção do planeta e tem ganhado notoriedade principalmente em relação a degradação ambiental. Este cenário está impulsionando os gestores públicos a planejar as ações no sentido de preservação ambiental. Um marco importante nesse sentido foi a adesão aos compromissos da AGENDA 2030. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi identificar quais são os fatores explicativos para o volume de aplicação de recursos relacionado ao meio ambiente nos municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná. O método utilizado foi o de levantamento de dados com uma abordagem e análise qualitativa e quantitativa das variáveis pesquisadas do problema. A pesquisa foi desenvolvida como um estudo empírico através de levantamento de dados de forma direta e/ou indireta através da internet na página dos municípios da amostra. Foi utilizada a técnica de Análise Multivariada de Dados, através de regressão linear múltipla com o propósito de explicar a relação entre as variáveis selecionadas. Como resultados, com base de função 18 dos Planos Plurianuais, foi possível identificar que alguns municípios apresentam maior compromisso com o meio ambiente em relação a outros referente ao percentual de recursos aplicados em ações ambientais. Os resultados também demonstram que há uma vinculação do tamanho da população e do índice da educação básica como fatores explicativos para uma maior destinação de recursos para meio ambiente quando comparadas com as despesas totais dos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente; Gestão Pública; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030.

ABSTRACT

PARIS, Dilce Simões dos Santos. Environmental expenditures: explanatory factors in the municipalities of western and southwestern Paraná – 2022. 72. Thesis (Master's degree). Western Paraná State University. Unioeste. Toledo, 2022.

Population growth and the consequent increase in consumption have been fostering the discussion on sustainable development as a way of preserving the planet, and it has gained notoriety mainly in regard to environmental degradation. This scenario is driving public managers to plan actions toward environmental preservation. An important milestone in this sense was the adherence to the goals of the 2030 Agenda for Sustainable Development. In this context, this study's objective was to identify the explanatory factors for the volume of resources related to the environment applied in the municipalities of the western and southwestern Paraná. The method used was data collection with a qualitative and quantitative approach and analysis of the variables studied in the research problem. The research was developed as an empirical study through data collection directly and/or indirectly through the internet on the pages of the municipalities from the sample. The Multivariate Data Analysis technique was employed through multiple linear regression in order to explain the relationship between the selected variables. As a result, using 18 of the Multi-year Plans as a basis function, it was possible to identify that some municipalities have a greater commitment to the environment than others regarding the percentage of resources invested in environmental actions. The results also indicate that there is a connection between population size and the basic education index as explanatory factors for a greater allocation of resources to the environment, when compared to the total expenditure of each municipality.

KEYWORDS: Environment, Public Administration, Sustainable Development, 2030 Agenda.

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

As inter-relações entre população, recursos naturais e desenvolvimento há muito têm sido objeto de preocupação social e de estudos científicos (HOGAN, 1993). O crescimento populacional e o conseqüente crescimento do consumo têm fomentado a discussão sobre o desenvolvimento sustentável como forma de manutenção do planeta.

O conceito de desenvolvimento na literatura, inicialmente, considerava tão somente o crescimento econômico. O meio ambiente, tido como fonte de matéria-prima, era o foco das discussões. Contudo, a percepção de que os recursos naturais não eram inesgotáveis e a preocupação com o futuro fez com que cientistas, escritores e lideranças políticas se mobilizassem em torno do assunto (GROSSELI, 2022).

À perspectiva ambiental somaram-se os pilares econômico e social, sendo reconhecido como bases do desenvolvimento sustentável. Ainda, para Rattner (2017), o meio ambiente não deve ser encarado em suas dimensões ecológicas e econômicas apenas. As percepções humanas e as formas de utilização do meio ambiente e seus recursos são socialmente construídos e essas construções envolvem interesses, valores, expectativas e instituições que influenciam as interações humanas com o ambiente biofísico e social. O desenvolvimento sustentável tem como objetivo preservar o ecossistema, mas também atender às necessidades sociais e manter o desenvolvimento econômico (CAVALCANTI, 2001).

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável tem ganhado notoriedade, principalmente em relação a degradação ambiental, impulsionando os gestores públicos a planejar as ações no sentido de preservação ambiental. Um marco importante nesse sentido foi a adesão aos compromissos da AGENDA 2030.

Nesse documento foram propostos objetivos para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que em 2030 todos possam aproveitar a paz e a prosperidade. Para a garantir o alcance dos objetivos se faz necessário um planejamento que priorize ações em diversas áreas e serviços oferecidos pelo

setor público e o acompanhamento efetivo por parte da população no sentido de verificação das políticas públicas destinadas ao cumprimento do compromisso assumido pelo Brasil.

A adesão ao documento da Agenda 2030 ocorreu em nível nacional e envolve todos os entes federativos, assim, há que se buscar uma articulação entre estes para prover os recursos necessários para a implementação das ações necessárias. Nos municípios que possuem receitas limitadas a sua aplicação se restringe aos serviços básicos, sendo a maior parte dos recursos gastos com manutenção de folha de salários dos servidores. Como consequência aos gestores cabe a árdua tarefa de selecionar as demandas consideradas essenciais para os cidadãos.

As escolhas podem ser mais assertivas quando apoiadas em indicadores. A disponibilidade de um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis certamente potencializa as chances de sucesso do processo de formulação e implementação de políticas públicas, na medida que permite, em tese, diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados (JANUZZI, 2018).

O tamanho populacional dos municípios afeta sua capacidade gerar recursos e de administrá-los.

Em relação a aplicação de recursos na dimensão ambiental, embora existam, há pouca visibilidade. Neste sentido, Guerreiro, Sobrinho e Condurú (2021) afirmam que ainda existem muitos obstáculos para a produção e disseminação de informações ambientais, que vão desde a dificuldade de localização desses conteúdos até a pouca quantidade de informação, pública ou privada, disponível ao público. Cumprindo os requisitos da Lei de Transparência os portais priorizam a disponibilização de informações sobre execução orçamentária, incluindo dados econômicos e sociais e com pouca ênfase nas ações ambientais.

Considerando que os gestores possuem o dever constitucional de publicidade dos atos praticados, de forma objetiva, clara e tempestiva, surge a necessidade de um olhar sobre os temas que compõem a organização dos sites de transparência. Vislumbra-se a demonstração de dados gerais de gestão acrescidos de informações de dimensões socioambientais, integrando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O estudo que se apresenta lança um olhar sobre o quantitativo destinado nos planejamentos municipais para a dimensão ambiental considerando os preceitos da teoria da agência e teoria dos *stakeholders*, utilizando-se de indicadores selecionados, entre eles transparência pública, PIB *per capita*, IDEB, nível populacional e nível educacional dos gestores.

A teoria dos stakeholders (TS) afirma que o alinhamento entre interesses frequentemente divergentes pode, ainda que indiretamente, levar a um melhor desempenho organizacional (GÓES, REIS e ABIB, 2021). A TS contribui para a compreensão de como implementar ações que permitam a efetiva participação dos interessados na administração do recurso natural (MATIAS-PEREIRA, 2010). Já a teoria de agência explica particularidades a respeito da assimetria informacional existente entre o agente e o principal, representados, respectivamente, pelos gestores públicos e pelos cidadãos e traz a inserção da relação de agência que se estabelece na separação entre a gestão e a propriedade em uma organização (ROCHA, 2022).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando o volume de recursos aplicados no meio ambiente em relação ao total de despesas do município como aderência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a questão do estudo é: “Quais fatores podem explicar os gastos ambientais realizados em municípios”?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar quais são os fatores explicativos para o volume de aplicação de recursos relacionado ao meio ambiente nos municípios da região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) mensurar o nível de evidenciação de informações disponíveis nos portais de transparência dos municípios da região oeste e sudoeste do estado do Paraná;
- b) identificar através do portal de transparência dos municípios, o volume de recursos aplicados na questão ambiental em relação ao total de despesas dos municípios;
- c) identificar os índices do IDEB da educação básica; níveis populacionais; principal atividade econômica; PIB *per capita* (anual) e nível educacional do gestor.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica pelo fato de lançar um olhar sobre a gestão ambiental nos municípios das regiões oeste e sudoeste do estado do Paraná, considerando a notoriedade dos temas relacionados ao meio ambiente e os objetivos assumidos com a adesão a Agenda 2030.

A escolha em analisar os municípios destas regiões pauta-se na representatividade destes no território estadual. Embora com características singulares, possuem base econômica majoritariamente formada por agricultura e comércio e baixo nível populacional em predominância.

Assim, considerando que a responsabilidade pelo controle e conservação ambiental é do município e que estes muitas vezes não dispõem de recursos e estrutura física suficientes para tanto, conseqüentemente, não conseguem realizar obras e prestar serviços adequados para o desenvolvimento econômico em conjunto com preservação ambiental almejando o desenvolvimento sustentável.

A justificativa teórica é a de contribuir com os estudos sobre gastos ambientais, sobre os quais, conforme Carneiro e Souza (2019) citado por Broietti (2020), não existem muitos estudos no Brasil. Em que pese haver pesquisas sobre o tema em nível federal e estadual, quando se adentra a esfera municipal a escassez de discussão é notória. (BROIETTI, 2020).

A pesquisa contribui para a área ambiental no que se refere a fomentar o acompanhamento das ações e gastos em gestão ambiental nos municípios que compõem a amostra, e assim, procura demonstrar a transparência lançada sobre os mencionados gastos. Ainda, busca evidenciar quais são os fatores que interferem no quantitativo aplicado em ações relacionadas à gestão ambiental.

Este estudo contribui com a literatura na medida em que se propõe analisar a relação do nível de investimento em gestão ambiental dos municípios sob os preceitos da teoria da agência e teoria dos stakeholders. Tomando por base os três pilares da sustentabilidade, sendo os aspectos sociais, econômicos e ambientais, e considerando a estreita relação homem e natureza, também contribui no sentido de análise na transparência relacionado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento da gestão verificando a inclusão de ações no Plano Plurianual atual.

Considerando o baixo nível de divulgação de informações relacionadas a gestão ambiental (função 18) nos planejamentos plurianuais se faz necessário fomentar a discussão sobre o tema, principalmente porque a dimensão ambiental na administração pública não possui recursos a ela vinculados e assim não existe a obrigatoriedade de investimentos de recursos nessa área.

Não se pretende esgotar o tema, mas voltar um olhar sobre as possíveis variáveis que podem interferir no nível desses gastos e em sua demonstração para despertar interesse em futuras pesquisas sobre o tema.

1.4 LINHA DE PESQUISA

Essa dissertação está enquadrada na linha de pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Educativas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/Campus Toledo.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada conforme o modelo de capítulos disponível no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Toledo.

No primeiro capítulo se apresenta a introdução da dissertação, discorrendo sobre o tema proposto e estágio de pesquisa sobre o mesmo; o problema de pesquisa; o objetivo geral e os objetivos específicos; a justificativa, a linha de pesquisa na qual se enquadra e a estrutura da dissertação. No segundo capítulo se faz uma revisão bibliográfica abordando temas relacionados ao objeto do presente trabalho. No terceiro capítulo é descrita a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa, sendo descrito no quarto capítulo o resultado obtido. No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais. Sendo na sequência apresentados os elementos pós-textuais que possam auxiliar na leitura e compreensão das análises feitas.

CAPÍTULO 2

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão da bibliográfica para o desenvolvimento deste estudo está estruturada em 3 capítulos; o primeiro discorre sobre as variáveis que com possibilidade de explicar os gastos ambientais na gestão pública, sendo, a transparência, o índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB, o nível populacional de cada município, a atividade econômica preponderante e a formação educacional do gestor, o segundo discorre sobre a contabilidade e a gestão pública e o terceiro sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2.1 CATEGORIAS TEÓRICAS

2.1.1 Transparência

A consciência sobre a importância do tema transparência e do seu potencial poder explicativo tem ganhado relevância entre pesquisadores de diversos campos do conhecimento (ZUCOLOTTO e TEIXEIRA, 2019).

Na iniciativa privada a evidenciação/disclosure é considerada um dos princípios básicos da governança corporativa, é um instrumento de redução da assimetria de informação entre o proprietário/principal e o gestor/agente (ANDRADE e ROSSETTI, 2009). É também considerada um dos alicerces da gestão pública e está diretamente ligada ao princípio constitucional da publicidade através da divulgação periódica de relatórios, da realização de audiências públicas e da prestação de contas dos poderes dos entes públicos (CASTRO e GARCIA, 2008).

Para Culau e Fortis (2006), esta publicidade, constitui-se num requisito fundamental para a boa governança, é um elo entre o Estado e a sociedade civil, pois aumenta o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública. Para Platt Neto et al. (2007), a transparência é um conceito mais amplo do que a publicidade, pelo fato de uma informação ser pública, mas não ser relevante, confiável tempestiva e compreensível. Assim, ser transparente não é apenas ser publicizado. Uma informação parcial não efetiva a transparência.

O modelo da nova governança pública respeita a perspectiva das partes interessadas (*stakeholders*) e reconhece a existência de uma responsabilidade comum entre todos os atores estatais para com o seu desenvolvimento (VIEIRA e BARRETO, 2019). Neste sentido a transparência serve de fio condutor para o planejamento das ações a serem tomadas pelo gestor público para atender a demanda de serviços pleiteada pelos cidadãos.

Ainda segundo Castro e Garcia (2008), a transparência nos atos da Administração Pública tem como objetivo impedir ações impróprias, tais como o uso indevido dos bens públicos, por parte dos gestores públicos.

Segundo Platt Neto et al. (2007), A transparência é composta por três elementos básicos: “A publicidade”, que considera a ampla divulgação, em tempo hábil e por vários meios da informação; “A compreensibilidade” que pressupõe informações com linguagem acessível e com boa apresentação e “A utilidade” que se fundamenta na relevância e na confiabilidade das informações. Portanto as informações da gestão pública devem ser disponibilizadas de forma clara, transparente e objetiva, e isto é tão importante quanto as próprias informações. Contudo, somente a publicidade, a compreensibilidade e a utilidade não são suficientes para representar a importância da transparência em uma democracia representativa, na qual o povo delega poder ao representante e, também possui meios para destituí-lo. São necessários elementos como visibilidade e a capacidade de inferência, os quais são cumulativos e devem nortear a divulgação de informações.

Para Zucolotto e Teixeira (2019), para ser visível a informação deve ser razoavelmente completa e encontrada com relativa facilidade, deve refletir um grau elevado de integridade e permitir ao seu usuário fazer inferências.

Na gestão pública os itens que compõem o *disclosure* têm seus instrumentos principais alicerçados inicialmente na CF (1988), através de seu artigo 37, onde os entes públicos devem obedecer aos seguintes princípios: Legalidade; Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência.

A LRF (2000), em seu artigo 48, apresenta como instrumentos principais de *disclosure*, o Plano Plurianual, Orçamentos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Prestação de Contas e Relatório Prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório da Gestão Fiscal. Esta lei foi alterada pela Lei Complementar 131 (2009), cujo teor passou a determinar, além do disposto do art. 48 em

referência a transparência da gestão fiscal pública, a exigência de disponibilizar em meio eletrônico de acesso público e tempestivamente as informações por-menorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os pressupostos da transparência, como definido na LRF, estão associados à elaboração de relatórios a serem divulgados por todos os entes da Federação, caracterizando avanço, ainda que incremental, na dimensão capacidade de inferência (ZUCCOLOTTO e TEIXEIRA, 2019).

A LAI (2011), traz em seu bojo um avanço na transparência e no controle da gestão pública, porque permite a qualquer pessoa ter acesso a documentos e informações que estejam sob a guarda de órgãos públicos, em todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e níveis de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal). A mencionada lei assegura que o acesso à informação deve ser regido de acordo com os princípios básicos da administração pública. Conforme Zuccolotto e Teixeira (2019), o gestor quando da publicação de informações deve prezar pelas seguintes diretrizes a) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; b) divulgação de informações de interesse público, independente de solicitações; c) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; d) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e, e) desenvolvimento do controle social da administração pública.

Para Zuccolotto e Teixeira (2019), o Brasil vem, desde a redemocratização, desenvolvendo iniciativas para melhorar a transparência do governo central e dos entes subnacionais. O principal meio de divulgação dos entes públicos e de pesquisa (busca) pelo cidadão e a sociedade é a *internet*. Esta ferramenta permite ampla divulgação das informações da gestão pública, bem como sua utilização tende a aumentar o nível de transparências destas informações.

Há inúmeros estudos que contribuem com a literatura sobre *disclosure* na gestão pública no Brasil através da *internet*. Alguns deles mencionados na sequência.

Beuren, Moura e Kloeppel (2013), analisaram as práticas de governança eletrônica dos estados brasileiros e sua correlação com a eficiência na utilização das receitas. Os resultados evidenciaram que os estados com melhores práticas de governança eletrônica localizam-se na região Sudeste, seguidos da região Sul. O índice médio geral de governança foi de 58%. Quanto à eficiência no uso

das receitas, os estudos demonstram que todos os estados das regiões Sul e Sudeste apresentam score 1, considerados eficientes em relação aos demais e a região Norte apresentou a menor média (0,94) de eficiência.

Queiroz et al. (2013), em seus estudos identificaram o cenário de transparência dos municípios do Rio Grande do Norte através da construção de um índice de *disclosure*, para verificar se os maiores municípios tendem a divulgar mais informações. O índice de *disclosure* foi correlacionado às variáveis população e receita arrecadada. Os resultados apontam um baixo nível de *disclosure* nos municípios do Estado. Apenas 56 dos 167 possuem *websites* atualizados e, destes, apenas a cidade de Natal cumpre todos os itens obrigatórios de divulgação. Concluem ainda que os municípios com maior nível de desenvolvimento socioeconômico tendem a divulgar uma quantidade maior de informação.

Leite Filho, Andrade e Colares (2014) em seus estudos verificaram se os maiores municípios mineiros estão cumprindo a Lei Complementar 131 de 2009 (LC 131/09), no que diz respeito à disponibilização, em tempo real e via *websites*, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. Verificaram também se o nível de transparência da gestão fiscal pública estava relacionado com o tamanho em termos de população e com o nível de desenvolvimento socioeconômico. Os resultados evidenciaram que houve uma heterogeneidade no *disclosure* com considerável variabilidade de níveis de transparência da gestão pública entre os municípios investigados. Verificou-se que o nível de transparência da gestão fiscal pública municipal estava relacionado com o tamanho da população e com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Concluíram que os municípios investigados não atenderam a totalidade dos preceitos da LC 131/09.

Vieira e Ávila (2019) analisaram a relação entre as características socioeconômicas e o nível de transparência pública praticada pelos municípios brasileiros e concluíram que existe relação de dependência entre as condições sociais, econômicas e fiscais e o nível de transparência da gestão pública municipal, exceto para os municípios da região Norte, o que sugere a existência de outros fatores não incluídos no estudo.

Araújo et al. (2020), realizaram estudos para identificar os fatores relacionados ao nível de transparência municipal, mensurado através da Escala Brasil Transparente (EBT) e concluíram que há influência de variáveis orçamentárias,

socioeconômicas, escolares e de segurança pública no nível de transparência municipal. Destacaram no trabalho a importância de políticas locais que ensejam a transparência por parte dos municípios, tendo em vista a diversidade de fatores que podem exercer relação com o tema.

Alves et al. (2021), avaliaram os portais eletrônicos de transparência por meio de uma amostra aleatória de 197 municípios das 13 regiões geográficas do Estado de Minas Gerais, com mais de 10 mil habitantes, utilizando o Índice Geral de Transparência Ativa, calculado com base na lei e nos princípios de dados abertos governamentais. Afirmaram que foi observada grande disparidade de pontuações e tendência a maior transparência nas cidades mais populosas, embora 22 municípios com menos de 50 mil habitantes (11% da amostra) tenham atingido índice igual ou superior a 60. A conclusão foi de que há altos níveis de opacidade da gestão municipal, principalmente em municípios menores.

Rocha (2022), investigou a relação espacial da transparência fiscal entre os 5570 municípios brasileiros com o objetivo de avaliar a influência de fatores explicativos desta transparência, tendo considerado dados referentes à gestão municipal de 2017-2020. Identificou que os índices de transparência estão correlacionados espacialmente, formando conglomerados de alta e baixa transparência fiscal indicando relações de vizinhança. Encontraram evidências de que os municípios da região sudeste e o nível de transparência dos municípios vizinhos são aspectos espaciais que afetam a transparência fiscal por intermédio das relações espaciais e da aplicação do isomorfismo mimético, que nem sempre leva a legitimação dos governos subnacionais. Ademais, os municípios geridos por prefeitos com maior nível de escolaridade, bem como os percentuais de arrecadação própria e os de despesa com pessoal, influenciam na transparência fiscal mediante ações de redução ou estímulo à assimetria informacional conforme as escolhas.

Ressalvados os avanços na legislação, para Cruz et al. (2009), Cruz et al. (2010) e Franco et al. (2012), o nível de transparência é baixo na maior parte dos municípios brasileiros, principalmente nos pequenos municípios os quais possuem condições socioeconômicas desfavoráveis (QUEIROZ et al., 2013).

Para Zuccolotto e Teixeira (2019), apesar de haver diversas regulações no sentido da promoção da transparência, a maioria dos entes cumpre apenas formalmente a lei, uma vez que grande parte dos portais de transparência, dos

estados e, sobretudo, dos municípios, não contém informações confiáveis, atualizadas, abertas etc. Em geral, as informações disponibilizadas são intempestivas e não permitem nenhum tipo de inferência.

Embora existam diversos estudos sobre transparência, ainda há muito a ser discutido sobre o assunto, principalmente por ser um instrumento de controle social, e devido a isso, o tema foi selecionado como variável a ser testada no presente estudo.

2.1.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – (IDEB)

A CF brasileira definiu atribuições aos estados e municípios no que se refere à responsabilidade administrativa e financeira relacionadas à educação (BRASIL, 1988):

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) (grifo nosso)

Transferindo a competência da educação no nível fundamental para os municípios o estado brasileiro continuou com sua função redistributiva e supletiva, efetuando repasses financeiros obrigatórios e exigindo que os municípios também aplicassem percentual de sua receita em educação, mas sobretudo continuou fiscalizando o desempenho das políticas públicas relacionadas ao tema.

Assim, em 2007, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o qual possui como objetivo medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O IDEB é um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação. É calculado a partir de dois componentes, quais sejam, a taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Os dados são obtidos através do Censo Escolar que ocorre anualmente. As metas estabelecidas por escola e rede de ensino com o objetivo de alcançar média equivalente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Para Chirinéa e Brandão (2015), o IDEB passou a ser, além de proponente de políticas públicas, o indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade. Ainda, para os autores, embora seja um indicador de resultado, e não de qualidade, é a partir da divulgação dos seus resultados que se mobilizam ações para a melhoria da qualidade.

Considerando a importância do contexto educacional e a avaliação de seu desempenho, o resultado do IDEB será considerado como uma variável no presente estudo.

2.1.3 Nível Populacional

As ações dos seres humanos sabidamente causam impactos ao ambiente que os envolve, com efeitos que vão do curto ao longo prazo (LAZZARETTI e SOUZA, 2019). A criação de políticas públicas que visem solucionar ou reduzir os danos ambientais decorrentes do crescimento populacional é essencial.

Conforme Lazzaretti e Souza (2019), o crescimento da população é um agravante do problema ambiental, e sua caracterização como determinante vem sendo questionada na literatura. Para o autor, as características socioeconômicas dos indivíduos exercem uma relação complexa e pouco estudada sobre os recursos ambientais.

O nível populacional em pequenos municípios é determinante do quantitativo das transferências oriundas da União e dos estados e da receita própria disponível para investimentos e atendimento das demandas da população local.

Ainda, os municípios brasileiros estão assumindo um número cada vez maior de atribuições da política ambiental e ampliando suas estruturas organizacionais na área ambiental (MAURO, 2007), mas por outro lado a escassez de recursos aliada ao quantitativo populacional a ser atingido pelas

ações governamentais limitam os investimentos em planejamento e ações ambientais.

Considerando que o fator população pode exercer influência significativa na receita municipal e no planejamento da gestão, este será considerado como variável de pesquisa para determinar as possíveis explicações para os gastos ambientais.

2.1.4 Atividade Econômica

Outra variável a ser considerada no presente estudo é a atividade econômica preponderante. Se faz necessário mencionar que no Brasil, a partir da década de 1950, houve grande modificação nas características da população, grande parcela da população rural migrou para os centros urbanos em busca de melhoria nas condições de trabalho motivados pelo crescimento industrial. Em decorrência desse fenômeno algumas regiões tiveram redução populacional, estagnação econômica e baixo índice de desenvolvimento.

No sul do Brasil a colonização inicial foi marcada pela exploração da pecuária, a qual não contribuiu para a formação de contingente populacional. Somente no século XIX houve alteração desse cenário com a introdução do cultivo de subsistência em pequenas propriedades e a atividade agrícola vem crescendo desde esse período.

No estado do Paraná, na década de 1960, todo o território se encontrava ocupado. A agricultura se consolidava como principal atividade econômica na região oeste e sudoeste, destacando-se o cultivo de cereais (SEED, 2020). Conforme Freitas (2020), a economia paranaense está alicerçada na agricultura, pecuária, mineração, extrativismo vegetal e indústria.

A atividade econômica nas regiões oeste e sudoeste do Paraná está classificada como agrícola, industrial e serviços/turismo, sendo que o município de Foz do Iguaçu se destaca no ramo do turismo, Cascavel tem destaque na área comercial e industrial e os demais municípios tem a atividade agrícola em predominância.

2.1.5 PIB *Per Capita* e Formação Educacional dos Gestores

Temos também que considerar o PIB *per capita* nos municípios, pois este é um importante indicador, o qual demonstra o valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado¹, sendo este capaz de subsidiar o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas locais.

Por derradeiro, temos a questão educacional dos gestores. Conforme Reis e Matos (2012), citado por Silva e Filho (2018), dentre as diversas responsabilidades, o gestor público é responsável por assessorar, planejar, tramitar nos processos deliberativos e decisórios, coordenar e avaliar políticas públicas em organizações estatais e não estatais, nacionais ou internacionais. Ainda, por estar inserido em todos os campos da esfera pública de atuação e intervenção dos governos, com órgãos e funções especializadas, cresce a demanda por gestores qualificados que entendam a estrutura do estado, suas características políticas e seu papel como provedor de serviços públicos. Ter nível educacional compatível com a função a ser exercida é essencial tanto no setor privado quanto público. No caso em tela, no qual os municípios têm recebido cada vez mais competência para atender as demandas públicas por serviços e com recursos restritos a formação educacional dos gestores é fator determinante para o desempenho municipal nas mais diversas áreas.

No próximo capítulo aborda-se a temática Contabilidade e Gestão Pública para demonstrarmos sua importância na evidenciação de informações que atendam às necessidades dos usuários que a buscam e que diminuam os conflitos advindos da relação gestor (agente) e cidadão (principal).

2.2 CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA

¹ Indicadores socioeconômicos. Datasus. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/>. Acesso em 01 de fev. 2023.

A contabilidade pública no Brasil tem suas normas definidas principalmente na Lei nº 4.320/1964, a qual apresenta título específico para tratar da matéria. Durante muito tempo constituiu-se num ramo complexo da contabilidade, limitando-se apenas aos órgãos públicos, poucos profissionais tinham acesso às suas particularidades e aos seus problemas (ARAÚJO e ARRUDA, 2009).

Este cenário teve segundo Reis (1995) sua primeira mudança com a aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade, da Resolução nº 750/1993, na qual foram aprovados os princípios fundamentais de contabilidade. Este documento representou um marco para a contabilidade e foi utilizado também nos registros do setor público, tendo sido revogado em 2016.

Os princípios apresentados implicitamente pela Lei nº 4.320/1964 ganham força com a implantação do Plano de Contas Único Federal através do SIAF 1998, e da Lei Complementar nº. 101 de 04/05/de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Porém foi com a adesão do Brasil à convergência das normas contábeis às normas internacionais que a contabilidade pública teve um novo salto evolutivo através da Lei 11.638/2007, lei esta que levou o Ministério da Fazenda a baixar a Portaria MF 184/2008 que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos entes públicos relativos às demonstrações contábeis em seus procedimentos, práticas, elaboração e divulgação. Demonstrações estas orientadas para convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (BRASIL, 2007; BRASIL, 2008).

Este processo evolutivo continuou com a publicação da Lei Complementar 131/2009, a qual acrescenta a LRF normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determinando a disponibilização em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Neste mesmo ano o Decreto 6.976/2009, atribuiu ao Sistema de Contabilidade Federal finalidades, atividades, organização e competências para estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil, que culminou com a elaboração do

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) Procedimentos Patrimoniais (BRASIL, 2009).

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público levou o Conselho Federal de Contabilidade a publicar as primeiras normas de contabilidade aplicadas ao setor público, a NBC T 16 que tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (CFC, 2012).

Instrumento fundamental do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) ao padrão internacional, editado pela Federação Internacional de Contadores, a Estrutura Conceitual (NBC TSP EC) foi publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade no dia 4 de outubro de 2016. Esta norma antecede a convergência das demais, apresentando os conceitos basilares para a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (CFC, 2016).

A NBC TSP EC menciona que o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade e que os “Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público” RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios, a prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

A evolução da gestão pública está alinhada a evolução da contabilidade no setor público. A Constituição Federal de 1988 introduziu uma série de inovações no campo da Administração Pública, dentre as quais o do controle. A preocupação com a transparência nas contas públicas deve-se ao fato de que dentre os interessados no desempenho público há aqueles que não têm preparo suficiente para o exame e análise das contas públicas (JUND, 2008).

Ao longo das últimas décadas surgiram uma série de doutrinas e teorias aplicadas à gestão pública e privada. Considerando que há uma crescente equiparação do Estado às entidades privadas, segundo Abrúcio (1999), a gestão pública passou a ser orientada para a obtenção de resultados, incorporando as práticas e técnicas de gestão oriunda do setor privado. Esse novo modo de pensar da gestão pública decorre do paradigma da *New Public Management* (NPM),

um conjunto de doutrinas administrativas que, para Bresser-Pereira (1998), revolucionou o conceito de gestão pública a partir da década de 1970, em países desenvolvidos, e na década de 1990 em países emergentes.

De acordo com Broadbent e Laughlin (2003), a NPM introduziu novos conceitos no processo de gerenciamento dos recursos públicos voltados principalmente à sua otimização, dos quais destacam-se: (a) foco no cidadão como cliente; (b) realinhamento da missão do Estado; (c) orçamento baseado em resultados; (d) promoção da transparência dos atos governamentais; (e) avaliação objetiva do gestor público.

Neste contexto e de acordo com as premissas citadas, destaca-se que as mudanças propostas pelo gerenciamento da gestão pública, direcionam o Estado à otimização de suas tarefas na busca do combate às ineficiências inerentes ao modelo burocrático até então presente (BARZELAY, 2001).

Além do aspecto da melhor eficiência, conforme o estudo de Broadbent e Laughlin (2003), a referida adequação dos serviços públicos tem como objetivo maior, o atendimento das demandas sociais, essencialmente quanto à qualidade do gasto público. O que é corroborado por Hood (1991), para qual a principal direção da NPM é a administração por resultados, isto é, a otimização dos recursos públicos no atendimento às demandas sociais, exercida de forma descentralizada e flexível.

A NPM pode ser definida como uma visão, uma ideologia ou um conjunto de abordagens e técnicas de gestão específicas, oriundas do setor privado e aplicáveis às atividades estatais (POLLITT e SUMMA, 1997).

Segundo Vigoda (2002), a evolução da NPM, ao pressionar o modelo burocrático com vistas a tornar as organizações públicas mais responsivas para os cidadãos, consistiu em um avanço importante na contemporânea administração pública.

Larbi (2003), destaca que o papel e o caráter institucional do Estado têm sido sob crescente pressão, orientado para o mercado e a gestão, com ênfase em “fazer mais com menos”, para ele o modelo tradicional de organização e fornecimento de serviços públicos com base nos princípios da hierarquia burocrática, planejamento, centralização, controle direto e autossuficiência está sendo substituído pelo NPM.

Um modelo alternativo à Nova Gestão Pública (NPM) é o Novo Serviço Público (NSP). A proposta do NSP é inspirada na teoria política democrática, principalmente quando se refere à conexão entre cidadãos e seus governos e é comparativamente o modelo mais humanístico na teoria da administração pública. O NSP busca “encontrar valores compartilhados e interesses comuns por meio de um diálogo generalizado e engajamento dos cidadãos” (DENHARDT e DENHARDT, 2007).

Denhardt e Denhardt (2007), definiram sete princípios para o modelo: (1) servir a cidadãos, não a consumidores; (2) visar o interesse público; (3) dar precedência à cidadania e ao serviço público sobre o empreendedorismo; (4) pensar estrategicamente, agir democraticamente; (5) reconhecer que a responsabilização não é simples; (6) servir em vez de dirigir; e (7) dar valor às pessoas, não apenas à produtividade.

Denhardt e Denhardt (2007), explicam que diferentemente da Nova Gestão Pública, construída sob conceitos econômicos como o auto interesse, o NSP é formado sob a ideia de administradores públicos a serviço de cidadãos, procurando envolvê-los com quem os servem.

Esta aproximação apregoada da gestão pública (principalmente a NPM), com a privada traz ao meio acadêmico a discussão sobre a aplicação de teorias do setor privado ao setor público. A teoria da agência é um exemplo deste processo de discussão da literatura.

Separar e atender os interesses dos acionistas dos interesses dos gestores é o centro do problema da agência apresentado no *paper* seminal de Jensen e Meckling (1976). Na esfera pública também há significativos problemas de agência, entretanto os instrumentos a disposição das organizações privadas são limitados ou não aplicáveis ao setor público, como por exemplo, a concorrência de mercado (FONTES FILHO, 2003).

Ao delegar poder ao gestor público (agente) a sociedade (principal), transfere a este a responsabilidade na execução de atividades de seu interesse, conforme a teoria da agência de Jensen e Meckling (1976). Para Larbi (2003), é difícil extrair o bom desempenho e responsabilidade de funcionários públicos (agentes) devido às características de monopólio dos serviços públicos, informa-

ções incompletas sobre os serviços, e sobre as habilidades e interesses dos funcionários públicos e enormes custos de transação estariam envolvidos em esforços para gravar e monitorar contratos completos.

Assim, para Rocha (2022), a teoria de agência explica as relações que ocorrem no ambiente organizacional, como uma relação contratual entre o principal e o agente, em que o principal contrata o agente para que possa tomar decisões em seu nome visando os objetivos do principal, separando a gestão do proprietário da organização. No entanto esse contrato firmado entre o agente e o principal, pode gerar uma assimetria informacional, pois as informações são geridas pelo agente, o qual pode beneficiar-se do poder a ele conferido, podendo interferir na qualidade e quantidade de informações.

Ainda, neste contexto, pautado na teoria de agência, o acesso ao conteúdo dos portais de transparência dos municípios, é um dos instrumentos que tem a sociedade (principal), para minimizar a assimetria de informações frente aos gestores públicos (agentes). Através das informações disponibilizadas sobre a execução orçamentária registrada com base nas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público o controle social pode ser efetivo e propor ações capazes de direcionar a construção de políticas públicas futuras.

A par da tendência da NPM, emerge um novo cenário destacando a *New Public Governance* (NPG) ou governança pública, a qual muda as relações institucionais entre setor público e sociedade, ampliando as redes entre organizações dentro e fora do governo para fornecer serviços públicos (PEREIRA e CKAGNAZAROFF, 2021). Para os autores, a governança pública trata mais de processos e estrutura e afirmam que, como qualquer outro modelo, é influenciada pelo ambiente político e cultural, podendo se configurar de distintas estruturas segundo os contextos nacionais.

A nova governança pública está transformando o papel do governo, exigindo do setor público maior confiança e capacidade de coordenação social, baseada na colaboração entre os diversos setores do Estado, em favor do alcance de objetivos comuns de desenvolvimento (VIEIRA e BARRETO, 2019). Assim, o novo modelo de governança traz em seus fundamentos a perspectiva das partes interessadas (stakeholders) e reconhece a responsabilidade dos gestores sobre os atos praticados.

Na sequência abordaremos a execução orçamentária no que se refere a gestão ambiental (função 18) como meta estipulada quando da adesão do Brasil a Agenda 2030.

2.3 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PLANOS PLURIANUAIS

Com o crescente desenvolvimento da democracia no Brasil a gestão pública tem sido alterada substancialmente. Visualizamos uma mudança de paradigma desde os anos 1980, quando os países da Organização para Cooperação dos Países Desenvolvidos (OCDE) decidiram adotar a *accountability* como prática de gestão (CRUZ, LIMA e SILVA, 2020).

No Brasil as alterações no processo orçamentário, norteador dos gastos e investimentos públicos, consolidou-se com a CF/1988 que institucionalizou o planejamento e o orçamento público e trouxe mudanças significativas ao tema que até então possuía como fundamento a Lei nº 4.320/1964.

O tema é orientado por três leis ordinárias: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA, com maior duração, é um instrumento de planejamento que possui a determinação de estabelecer de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para programas de duração continuada (BRASIL, 1988). É o planejamento de médio prazo utilizado para orientar a confecção da LOA com intermediação da LDO. Pode-se afirmar que é um instrumento constitucionalmente previsto, o qual possui a finalidade de organização e viabilização da ação pública.

No tocante aos outros dois institutos, LDO e LOA, além de possuírem prazo menor, não podem conter dispositivos contrários ao PPA.

Para Couto e Cardoso Jr. (2020), o ato de planejar deve ser um exercício cotidiano intrínseco ao próprio ato de governar. Assim, não pode ser confundido com o ato de elaborar planos, embora esta tenha sido uma característica predominante no Brasil desde o período do regime militar.

Para Zuccolotto e Teixeira (2017), a necessidade de transparência, por anteceder a justificação e a responsabilização no ciclo da *accountability*, é uma

dimensão crucial para a consolidação da democracia em federações descentralizadas. Desse modo, não basta apenas que o Governo Central esteja engajado em políticas de transparência. As unidades subnacionais também precisam fazer sua parte para que os cidadãos se apropriem das informações e, dessa forma, exerçam seu direito negativo. Nesse contexto, o documento denominado PPA serve de ponto de partida para o controle social que se utiliza do ordenamento de transparência para confrontar os atos do gestor com as políticas públicas descritas no plano de governo.

A par do crescente avanço regulamentar que cerca a execução orçamentária e os mandamentos de transparência na gestão pública, nosso país assume o compromisso de adesão a Agenda 2030, pelo qual ações devem ser incluídas no planejamento para que metas sejam alcançadas até o ano 2030 visando a melhoria do planeta na área social, econômica e ambiental.

Embora a adesão ao documento tenha ocorrido em nível de federação, as ações devem ocorrer em níveis regionalizados, assim, é nos municípios que as ações serão implementadas.

Por questão metodológica de delimitação de escopo focaremos na dimensão ambiental. Contudo, sem deixar de registrar que as políticas efetivadas para o alcance das metas não dependem de uma área específica pois são interligadas, de modo que uma mesma meta pode exigir atuação em mais de uma área concomitantemente.

Nesse cenário de crescimento populacional mundial existe grande demanda de produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades humanas. No entanto, as atividades humanas pressionam o meio ambiente em todos os países, alterando os processos biológicos, físicos e químicos dos sistemas naturais e exigindo soluções que reduzam os efeitos da degradação ambiental (SILVA e ROSA, 2020).

Para Silva e Rosa (2020), há uma necessidade latente de se discutir maneiras de proporcionar o desenvolvimento sustentável em municípios. Para os autores o foco do desenvolvimento que no passado estava restrito ao ambiente passou a convergir para a ideia de ambiente ecologicamente equilibrado e economicamente viável, respeitando a cultura e a sociedade. Assim, o desenvolvimento sustentável deve atender as necessidades da geração atual e não comprometer a subsistência das gerações futuras.

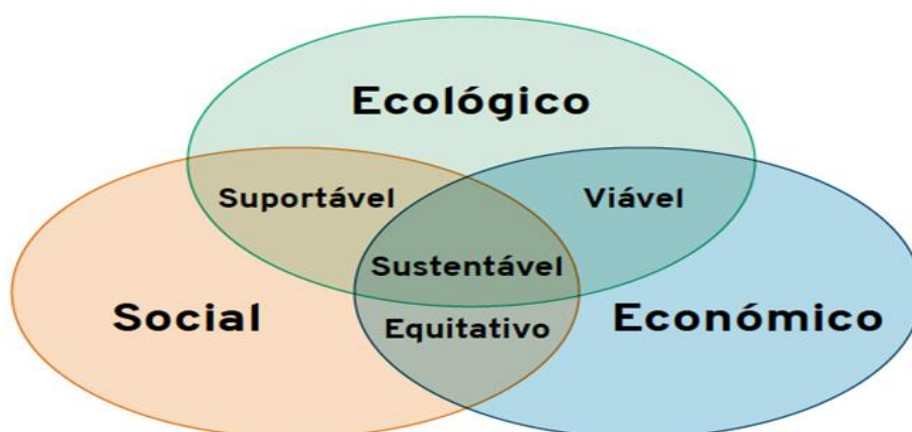
Sociedade, meio ambiente e economia são áreas interconectadas entre si pela dimensão cultural, uma característica do desenvolvimento sustentável que devemos sempre ter em mente (OLIVEIRA, 2018). Para analisar o desenvolvimento sustentável é necessário um olhar atento para essas 3 áreas. Nos municípios o desenvolvimento é um processo que se manifesta através da gestão, considerando a aplicação das receitas e visando a satisfação do bem comum através de políticas públicas que atendam as demandas locais.

Sob essa nova visão de desenvolvimento são apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, em 2012. O objetivo foi produzir um conjunto de objetivos que suprisse os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que nosso mundo enfrenta. Conforme apresentação do Escritório da ONU BRASIL, representam um apelo universal da Organização das Nações Unidas à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Com a participação de 193 Estados membros da organização, o evento promoveu a discussão para encontrar uma forma de evoluir atendendo as necessidades da população atual com os olhos voltados para as gerações futuras. Assim, foi elaborado um documento, um plano com ações a serem adotadas até o ano de 2030, a fim de que os países possam cooperar no crescimento sustentável

Construídos sobre os sucessos de desenvolvimento do Milênio, também incluem novas áreas, como a mudança climática, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interligados, o alcance de uma meta pode combinar e envolver vários objetivos.

Figura 1. Interligação dos objetivos do desenvolvimento sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas – ONU Brasil (2020).

Os ODS foram agrupados na forma que se demonstra na Figura 2.

Figura 2. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Organização das Nações Unidas – ONU Brasil (2020).

No quadro 1, apresentam-se as diretrizes de cada ODS da figura 2.

Quadro 1. Diretrizes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

1. Erradicação da pobreza	- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável	- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar	- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade	- Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de gênero	- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água limpa e saneamento	- Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível	- Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8. Trabalho de decente e crescimento econômico	- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Inovação infraestrutura	- Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades	- Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis	- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis	- Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima	- Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na água	- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida terrestre	- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes	- Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação	- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
--	--

Fonte: ONU BRASIL (2020).

Transcorrida uma década da proposição da Agenda 2030 se faz necessário um acompanhamento nas ações incluídas nos planos plurianuais dos municípios a fim de se constatar a persecução do atendimento dos ODS propostos, tendo como pressuposto a teoria da agência, na qual a população delega poderes aos agentes (gestores) para agirem em seu nome e está sujeita aos conflitos decorrentes dessa relação. Também elencamos como pressuposto a teoria dos *stakeholders*, a qual considera que deve haver um equilíbrio entre os interesses destes, pois ao mesmo tempo que afetam as ações dos gestores também são afetados por ela. Para esse acompanhamento a principal ferramenta é a transparência pública, sendo que através dela poderão ser observadas as ações efetivas rumo ao cumprimento da agenda 2030.

CAPÍTULO 3

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva. Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se enquadra como qualitativa e quantitativa. Os aspectos qualitativos se referem à classificação do conteúdo e enquadramento deste no nível de transparência. Já a pesquisa quantitativa se destina a testar as hipóteses previamente sugeridas, usando para tantos procedimentos estatísticos. Nesta pesquisa, utilizou-se de estatística descritiva e de métodos estatísticos como correlação e regressão linear. Com relação ao delineamento da pesquisa, esta classifica-se como levantamento ou survey realizada por meio de análise documental dos conteúdos das páginas da internet analisadas de cada município.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.

A coleta de dados da pesquisa foi desenvolvida nas seguintes etapas:

- a) Consulta ao sítio de cada município para verificar a disponibilidade através do portal da transparência nos municípios dos itens que compõem a divulgação definidos para este estudo;
- b) Consulta ao sítio do INEP, para obtenção dos dados referentes ao IDEB;
- c) Consulta ao sítio do IPARDES, para obtenção dos dados referentes à população; principal atividade econômica; e, PIB per capita (anual);
- d) Consulta ao sítio do TRE, para levantamento da formação dos gestores dos municipais.

O modelo de observação dos níveis de divulgação foi estruturado em três blocos, com base na pesquisa de Cruz et al. (2010). O primeiro bloco diz respeito à de que forma o ícone da transparência e acesso à informação se apresenta e aos mecanismos básicos para realizar a consulta pelo interessado. O segundo bloco diz respeito às informações financeiras obrigatórias impostas pela

legislação. No terceiro bloco às informações sobre os processos licitatórios e ao quadro de pessoal, visando neste caso buscar o nível de atendimento pleno a LRF.

Considerando que os dados (fatores explicativos) a serem utilizados são dados já disponíveis exceto o índice de disclosure, neste estudo a observação do nível de *disclosure* foi definido conforme o constante no Quadro 2.

Quadro 2. Itens para Avaliação do Nível de *disclosure* nos Municípios.

Grupo	Item	Descrição do item observado
Disposições Gerais de Acesso(DGA)	1	O site apresenta indicação clara de acesso ao portal da Transparência
	2	No Portal da Transparência à indicação de acesso à Lei de Acesso a Informação
	3	O portal possui canais de solicitação de informações
	4	O portal apresenta a estrutura organizacional do Município
	5	O portal indica endereços, telefones e horários públicos
	6	Possuem ferramenta de pesquisa que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e de fácil compreensão
	7	Permitem a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e texto, que facilite a análise das informações
	8	Mantém informações de exercícios anteriores disponíveis para acesso
	9	Adotam as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da Lei
O Portal da Transparência possibilita o Acesso à Informação de Dados quanto: (AID)	10	Ao Plano Plurianual PPA
	11	A Lei de diretrizes orçamentárias LDO
	12	Ao orçamento anual LOA
	13	As Leis de alterações orçamentárias
	14	Aos relatórios de investimentos
	15	Ao plano de contas
	16	Aos relatórios financeiros por competências (balanço)
	17	Ao registro dos repasses ou transferência de recursos
	18	A informações sobre os bens patrimoniais
	19	Ao registro das receitas de forma global
	20	Ao registro das receitas por tipo
	21	Aos dados das receitas estarem atualizados
	22	Ao registro das despesas de forma global
	23	Ao registro das despesas por tipo
	24	Aos dados das despesas estarem atualizados
	25	A prestação de Contas da LRF - RREO e RGF
No portal da Transparência à informações sobre quanto aos procedimentos licitatórios e sobre o quadro de pessoal: (ILP)	26	A editais
	27	Aos resultados das licitações
	28	Aos contratos celebrados
	29	A publicação de "Respostas e Perguntas" mais frequentes
	30	Ao quadro de pessoal
	31	A relação de cargos em comissão
	32	A relação de Servidores/Empregados Ativo
	33	A relação de Servidores a disposição de outros órgãos
	34	A relação de Servidores inativos
	35	A relação de Servidores de outros órgãos a disposição da prefeitura
	36	A relação de Servidores temporários
	37	A remuneração dos servidores
	38	A tabela salarial
	39	A tabela de função gratificada

Fonte: adaptado de Cruz Silva e Santos (2009); Avelino et al. (2011); e Cruz et al. (2012).

Na sequência foram buscadas informações no Plano Plurianual atualizado dos municípios sobre ações que envolvam o desenvolvimento sustentável. Para tanto foi realizado busca gráfica utilizando as palavras “desenvolvimento sustentável” e/ou “sustentabilidade” na lei que o formaliza e nos anexos que descrevem os objetivos, prioridades e ações. Foi verificado no PPA dos municípios a existência de relacionamento explícito entre ações e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Foi verificado se os termos de pesquisa estavam sendo utilizados com a mesma conotação atribuída no presente trabalho.

Na etapa seguinte foi efetuado um levantamento na execução orçamentária do ano 2021, tomando por referência a função 18, a qual descreve os gastos com gestão ambiental, e verificado o nível dos empenhos em relação as despesas totais do município. Destaca-se que a referida função foi escolhida como delimitação do objeto por estar diretamente ligada ao termo “desenvolvimento sustentável”. Contudo ações que visem atendimento dos ODS podem estar relacionadas a outras funções e contemplar outras áreas como saúde, educação, transporte, urbanismo etc.

Uma vez acessado o website do município fora verificado as informações e quais seus níveis de conteúdo, exclusivamente através do portal da transparência ou através do portal de acesso à informação. Após definição dos itens a serem observados, ao buscar estas informações nos websites dos municípios, encontrou-se dificuldade em localizá-las unicamente através dos mencionados portais. Desta forma para efeito da composição do nível de divulgação do município observado, foram consideradas as informações constantes em outros ícones no website que contemplassem tais informações.

Para fins deste estudo o índice do IDEB considerado foi o das séries iniciais e contempla o índice da iniciativa pública nos períodos iniciais referente ao ano de 2019.

Em relação à formação dos gestores, a busca foi no próprio site do município observado, e quando não constante esta informação, a busca deu-se pelo nome do gestor junto ao site do Tribunal Regional Eleitoral referente às eleições do ano de 2020 (TRE, 2020).

Para o tratamento dos dados este estudo, na primeira etapa, utiliza-se de estatística descritiva explicativa. Na segunda etapa, a técnica utilizada é a Análise Multivariada de Dados, através de regressão linear múltipla, com o intuito de medir, explicar e prever o grau de relacionamento entre variáveis estatísticas (DOANE e SEWARD, 2008).

3.3 PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados, foram utilizados métodos estatísticos, com auxílio do *software* SPSS, versão 22, como os testes de normalidade, testes de correlação e estimação de modelos de regressão linear múltipla.

O teste de normalidade é utilizado para verificação da normalidade da distribuição de dados, sob o ponto de vista de vários aspectos necessários para aplicação de testes paramétricos e não paramétricos (FIELD, 2011). Desta forma, segundo Field (2011) os testes de *Kolmogorov-Smirnov* (KS) e de Shapiro-Wilk (SW) comparam os escores de uma amostra a uma distribuição normal modelo de mesma média e variância dos valores encontrados na amostra.

Estes testes são os que relatam se os escores estão normalmente distribuídos. O tamanho da amostra indica qual será a melhor opção para análise da distribuição e, conseqüentemente, a normalidade. Devido à amostra possuir mais de 30 observações o teste de normalidade escolhido foi o *Kolmogorov-Smirnov*. Após a realização do teste de normalidade, identificou-se que os dados apresentavam distribuição não-normal, requerendo testes não-paramétricos de correlação.

Conforme Field (2011), um teste de correlação mede o coeficiente de correlação como uma medida da força do relacionamento entre duas variáveis. Para dados que apresentam uma distribuição normal, utiliza-se a correção de *Pearson*. Para dados que não apresentam uma distribuição normal, utiliza-se a correção de *Spearman*. O coeficiente de correlação de *Spearman* é uma estatística não-paramétrica e, assim, pode ser usada quando os dados violarem suposições paramétricas, tais como dados não-normais (FIELD, 2011). O teste

de *Spearman* trabalha classificando os dados em primeiro lugar e então aplicando a equação de *Pearson* aos dados ordenados.

Já em relação à regressão, conforme apontam Rodrigues e Paulo (2009), consiste em uma técnica que permite analisar a relação entre uma única variável dependente e duas ou mais variáveis independentes. Ainda segundo os autores, possibilita descrever, por meio de um modelo matemático, a relação entre uma variável dependente quantitativa e duas ou mais variáveis independentes quantitativas ou qualitativas (variáveis dummies).

Segundo Hair Jr. et al. (2009) a análise de regressão múltipla é uma técnica estatística que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e múltiplas variáveis independentes (preditoras). Por meio da regressão é possível estimar o grau de associação entre Y, variável dependente e Xi, conjunto de variáveis independentes (explicativas). Figueiredo Filho et al. (2011) afirmam que o intuito é resumir a correlação entre Xi e Y em termos da direção (positiva ou negativa) e magnitude (fraca ou forte) dessa associação.

Uma vez construído o índice do nível de disclosure dos municípios, conforme o Quadro 2, buscou-se através da regressão linear multivariada identificar se há poder explicativo na aplicação dos recursos em ações socioambientais nos municípios do: i) o índice de *disclosure*; ii) o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB); iii) os níveis populacionais; iv) a atividade econômica; e, v) a formação acadêmica do gestor. Para a regressão foi utilizado o seguinte modelo (equação 1).

$$\text{ExecOrc2021} = C + \beta_1\text{IGDM} + \beta_2\text{IDEB} + \beta_3\text{LOG_POP} + \beta_4\text{PIB_PC}/2019 + \beta_5\text{DES/SUT} + \beta_6\text{ODS} + \beta_7\text{DED} + \beta_8\text{DAT} + \beta_9\text{DSM}. \text{ (equação 1).}$$

Onde:

ExecOrc: Execução Orçamentária

C: Constante do modelo

IGDM: Índice Geral de *Disclosure* do Município

IDEB: Índice de Educação Básica do Município

LOG_POP: Nível Populacional do Município

PIB_PC: PIB Per Capita Anual do Município

DES/SUT: *Dummy* Menção de Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade

ODS: *Dummy* Menção das ODS

DED: *Dummy* Nível de Educação do Gestor (Ensino Básico, Médio ou Superior)

DAT: *Dummy* Atividade Predominante no Município (Agrícola, Indústria ou Serviços)
DSM: *Dummy* Sexo do Gestor (Masculino ou Feminino)

CAPÍTULO 4

4 RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 REGIÃO OESTE

Com base nos dados coletados no sítio oficial dos municípios da região oeste, utilizando-se do quadro 2, apresenta-se na Tabela 1, o índice geral de *disclosure* dos municípios (IGDM) para as regiões oeste.

Tabela 1. Índice Geral de *Disclosure* dos Municípios da Região Oeste

Municípios Região Oeste	IDGA ¹	IAID ²	IILP ³	IGDM *	Municípios Região Oeste	IDGA ¹	IAID ²	IILP ³	IGDM *
Itaipulândia	77,78	20,00	21,43	34,21	Quatro Pontes	100,00	60,00	85,71	78,95
Anahy	88,89	40,00	21,43	44,74	Boa Vista da Aparecida	100,00	93,33	57,14	81,58
Lindoeste	100,00	33,33	50,00	55,26	Ibema	88,89	93,33	64,29	81,58
Tupãssi	100,00	46,67	35,71	55,26	Iracema do Oeste	100,00	66,67	85,71	81,58
Guaraniaçu	88,89	60,00	42,86	60,53	Santa Helena	100,00	73,33	78,57	81,58
Ramilândia	88,89	53,33	64,29	65,79	Santa Terezinha de Itaipu	88,89	66,67	92,86	81,58
São José das Palmeiras	55,56	86,67	50,00	65,79	São Pedro do Iguaçu	88,89	66,67	92,86	81,58
Iguatu	100,00	60,00	57,14	68,42	Terra Roxa	100,00	80,00	71,43	81,58
Vera Cruz do Oeste	88,89	53,33	71,43	68,42	Matelândia	100,00	86,67	71,43	84,21
Campo Bonito	100,00	60,00	64,29	71,05	Medianeira	77,78	80,00	92,86	84,21
Catanduvas	100,00	100,00	21,43	71,05	Missal	100,00	73,33	85,71	84,21
Jesuítas	100,00	80,00	42,86	71,05	Nova Santa Rosa	100,00	86,67	71,43	84,21
Pato Bragado	88,89	60,00	71,43	71,05	Céu Azul	100,00	100,00	64,29	86,84
Santa Tereza do Oeste	100,00	40,00	85,71	71,05	Diamante do Sul	100,00	93,33	71,43	86,84
Assis Chateaubriand	100,00	80,00	50,00	73,68	Entre Rios do Oeste	100,00	86,67	78,57	86,84
Cafelândia	66,67	80,00	71,43	73,68	Santa Lúcia	100,00	100,00	64,29	86,84
Formosa do Oeste	100,00	53,33	78,57	73,68	Guaíra	100,00	73,33	100,00	89,47
Maripá	100,00	66,67	64,29	73,68	Marechal Cândido Rondon	88,89	93,33	85,71	89,47
Nova Aurora	100,00	66,67	64,29	73,68	Toledo	88,89	100,00	78,57	89,47
Serranópolis do Iguaçu	100,00	80,00	50,00	73,68	Três Barras do Paraná	100,00	86,67	85,71	89,47
Corbélia	100,00	66,67	71,43	76,32	Cascavel	100,00	100,00	78,57	92,11
Diamante d'Oeste	77,78	86,67	64,29	76,32	Mercedes	100,00	93,33	85,71	92,11
Foz do Iguaçu	100,00	66,67	71,43	76,32	Palotina	88,89	100,00	85,71	92,11
Braganey	100,00	73,33	71,43	78,95	São Miguel do Iguaçu	100,00	100,00	78,57	92,11
Capitão Leônidas Marques	77,78	80,00	78,57	78,95	Ouro Verde do Oeste	100,00	93,33	92,86	94,74

IDGA¹ - Índice das Disposições Gerais do Portal da Transparência (9 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

IAID² - Índice de Acesso a Informações de Dados no Portal da Transparência (15 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

IILP³ - Índice de Informações de Licitações e Quadro de Pessoal no Portal da Transparência (14 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

IGDM* - Índice Geral de Disclosure do Município (ponderação \sum itens IDGA + IAID + IILP) - 38 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ressalta-se que a análise dos dados foi feita sob o enfoque quantitativo, não sendo analisado neste momento a qualidade da transparência dos dados. Ainda, destaca-se o atributo da dinamicidade dos portais de transparência, os quais possuem dados que, por força de lei, devem ser atualizados em tempo real, exceção feita aos dados evidenciados por demonstrativos contábeis e

financeiros que possuem prazo de publicação mais elástico. Assim, visando um padrão de comparabilidade, os dados foram coletados em todos os portais no período compreendido entre 15/07/2022 e 15/08/2022. Contudo, visando a não distorção dos resultados da análise os dados foram considerados com suas atualizações até 30/06/2022.

Conforme pode ser constatado nos dados apresentados na tabela 1, houve grande disparidade nos resultados por grupo.

Na região Oeste, no grupo do IDGA, o qual trata das disposições gerais de acesso à informação, foi apurado índice com melhores resultados quando comparados aos grupos IAID e IILP. Apurados os itens atendidos em cada grupo e calculados por média simples, o grupo do IDGA apresentou pontuação de 94,22, IAID e IILP apresentaram 74,80 e 68,14, respectivamente.

Dentro do primeiro grupo (IDGA), que traduz o primeiro contato entre o cidadão (principal) a informação demonstrada pelo gestor público (agente), o menor índice foi de 55,56, numa escala de valores de 0 a 100, sendo o que o valor zero representa não atendimento ao preceito da transparência e 100 atendimento de todos os itens analisados dentro do grupo de informações.

Na totalização destes índices, foi apurado a ocorrência de 6 municípios com pontuação até 79, correspondendo a 12% da amostra; 11 municípios com pontuação entre 80 e 89, correspondendo a 22% da amostra e 33 municípios com pontuação superior a 90, representando 66% da amostra restrita a região oeste, composta por 50 municípios.

O município que obteve o menor índice no grupo IDGA foi São José das Palmeiras, o qual obteve o índice 55,56.

Em relação ao grupo IAID, com índice de atendimento inferior ao grupo IDGA, houve uma maior amplitude entre a menor e a maior pontuação, sendo o menor índice constatado no município de Itaipulândia, 20 pontos, e com pontuação máxima foram verificados 7 municípios.

Neste segundo grupo foi apurado a ocorrência de 24 municípios com pontuação até 79, correspondendo a 48% da amostra, 13 municípios com pontuação entre 80 e 89, e 13 municípios com pontuação superior a 90, ambos correspondendo a 26% da amostra.

Em referência ao terceiro grupo, IILP, o qual contém informações sobre licitações (compras) e pessoal (gastos com funcionalismo), e que também

informa números mais atuais sobre os gastos efetuados pela gestão, os índices possuem uma relação invertida em relação ao primeiro e segundo grupo, sendo que o percentual apurado com pontuação inferior até 79 chegou a 74%, com 37 municípios nesta condição. Com pontuação entre 80 e 89 foram 8 municípios e com pontuação superior a 90 foram apenas 5 municípios, representando 16% e 10% da amostra respectivamente. O menor índice apurado foi para o município de Itaipulândia, sendo 21,43, e com o índice máximo somente o município de Guaíra.

4.2 REGIÃO SUDOESTE

Na sequência são apresentados os dados da região Sudoeste, os quais estão dispostos na tabela 2.

Tabela 2. Índice Geral de Disclosure dos Municípios da Região Sudoeste

Municípios Região Sudoeste	IDGA ¹	IAID ²	IILP ³	IGDM *	Municípios Região Sudoeste	IDGA ¹	IAID ²	IILP ³	IGDM *
Renascença	77,78	53,33	71,43	65,79	Salto do Lontra	100,00	80,00	78,57	84,21
Coronel Vivida	100,00	53,33	78,57	73,68	Vitorino	88,89	86,67	78,57	84,21
Santa Izabel do Oeste	100,00	53,33	78,57	73,68	Bela Vista da Caroba	100,00	93,33	71,43	86,84
Sulina	88,89	66,67	71,43	73,68	Bom Jesus do Sul	100,00	93,33	71,43	86,84
Flor da Serra do Sul	100,00	73,33	64,29	76,32	Chopinzinho	100,00	80,00	85,71	86,84
Barracão	88,89	80,00	71,43	78,95	Pranchita	100,00	100,00	64,29	86,84
Boa Esperança do Iguaçu	100,00	66,67	78,57	78,95	Santo Antonio do Sudoeste	100,00	93,33	71,43	86,84
Mangueirinha	100,00	86,67	57,14	78,95	Capanema	100,00	100,00	71,43	89,47
Mariópolis	100,00	66,67	78,57	78,95	Clevelândia	100,00	86,67	85,71	89,47
Marmeleiro	88,89	66,67	85,71	78,95	Itapejara d'Oeste	100,00	93,33	78,57	89,47
Cruzeiro do Iguaçu	100,00	100,00	50,00	81,58	Manfrinópolis	100,00	100,00	71,43	89,47
Éneas Marques	100,00	86,67	64,29	81,58	Palmas	88,89	86,67	92,86	89,47
Francisco Beltrão	88,89	93,33	64,29	81,58	Pérola d'Oeste	100,00	80,00	92,86	89,47
Nova Prata do Iguaçu	100,00	80,00	71,43	81,58	Pinhal de São Bento	100,00	100,00	71,43	89,47
Planalto	88,89	86,67	71,43	81,58	Salgado Filho	100,00	93,33	78,57	89,47
Ampére	100,00	86,67	71,43	84,21	São Jorge d'Oeste	100,00	93,33	78,57	89,47
Coronel Domingues Soares	100,00	100,00	57,14	84,21	Saudade do Iguaçu	88,89	100,00	78,57	89,47
Dois Vizinhos	100,00	86,67	71,43	84,21	Verê	100,00	100,00	71,43	89,47
Honório Serpa	100,00	86,67	71,43	84,21	Bom Sucesso do Sul	100,00	93,33	92,86	94,74
Nova Esperança Sudoeste	100,00	100,00	57,14	84,21	Realeza	100,00	100,00	85,71	94,74
Pato Branco	100,00	80,00	78,57	84,21	São João	100,00	100,00	92,86	97,37

IDGA¹ - Índice das Disposições Gerais do Portal da Transparência (9 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

IAID² - Índice de Acesso a Informações de Dados no Portal da Transparência (15 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

IILP³ - Índice de Informações de Licitações e Quadro de Pessoal no Portal da Transparência (14 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

IGDM* - Índice Geral de Disclosure do Município (ponderação \sum itens IDGA + IAID + IILP) - 38 itens, pontuação máxima =100, mínima =0)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para a amostra correspondente a região sudoeste, composta por 42 municípios, o grupo IDGA, obteve pontuação geral de 97,35. Houve a ocorrência de apenas um município com índice inferior a 79, correspondendo a 2,38% da amostra, 8 municípios com pontuação entre 80 e 89, e 33 municípios com nota

superior a 90, com representatividade de 19,04% e 78,58%, respectivamente. O menor índice foi apurado no município de Renascença 78, e com índice máximo atribuído foram 33 municípios.

Para o segundo grupo, IAID, com uma distribuição mais equânime, foram apurados 8 municípios com índice até 79, sendo 19,04% da amostra, 15 municípios com índice entre 80 e 89, correspondendo a 35,72% da amostra e 19 municípios com índice superior a 90, sendo 45,24% da amostra. Também neste grupo o menor índice apurado foi no município de Renascença, 53,33, e 11 municípios alcançaram o índice 100, pontuação máxima para o grupo.

À semelhança a da região oeste, também na região sudoeste houve uma relação inversa no grupo 3 (IILP), quando comparado aos grupos 1 (IDGA) e 2 (IAID). Neste 80,96% da amostra, 34 municípios, apresentaram índice inferior a 80. Ainda, 4 entre 80 e 89 e 4 com nota igual ou superior a 90, correspondendo a 9,52% da amostra. Neste grupo o menor índice foi de 50, no município de Cruzeiro do Iguaçu, e não houve a ocorrência de pontuação máxima. A maior pontuação apurada foi de 92,86 atribuída a 4 municípios da amostra.

4.3 ANÁLISE CONJUNTA DAS REGIÕES OESTE E SUDOESTE

Na sequência apresenta-se a tabela 3 e 4, os índices do IGDM (8 menores e os 8 maiores, por região), os indicadores base e os índices de execução orçamentária (autorizada e empenhada) em relação ao total de despesas no ano de 2021.

Tabela 3. Indicadores Base Região Oeste.

Municípios Região Oeste	IGDM (2022)	IDEB (2019)	POP (2021)	PIB Per Capita (2019)	% Despesas com Meio Ambiente/Receitas Totais	
					Autorizadas (2021)	Empenhadas (2021)
Itaipulândia	34,21	7.0	11.588	33.176	2,01%	1,71%
Anahy	44,74	6.2	2.774	30.793	0,00%	0,00%
Lindoeste	55,26	5.6	4.488	35.755	4,52%	0,04%
Tupãssi	55,26	6.8	8.105	40.265	2,02%	2,23%
Guaraniaçu	60,53	6.4	11.969	29.599	4,23%	3,27%
Ramilândia	65,79	6.2	4.500	18.438	2,20%	2,20%
São José das Palmeiras	65,79	5.5	3.601	20.952	0,00%	0,00%
Iguatu	68,42	6.1	2.251	27.853	0,96%	0,91%
Marechal Cândido Rondon	89,47	6.2	54.031	44.301	3,45%	4,04%
Toledo	89,47	6.7	144.601	44.017	3,63%	2,40%
Três Barras do Paraná	89,47	6.4	12.036	27.065	2,23%	2,19%
Cascavel	92,11	6.5	336.073	38.369	6,44%	6,16%
Mercedes	92,11	6.4	5.617	35.575	0,19%	0,14%
Palotina	92,11	6.5	32.389	67.284	2,92%	2,17%
São Miguel do Iguaçu	92,11	6.1	27.696	39.876	6,24%	18,65%
Ouro Verde do Oeste	94,74	6.3	6.036	29.761	1,52%	0,13%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 4. Indicadores Base Região Sudoeste.

Municípios Região Sudoeste	IGDM (2022)	IDEB (2019)	POP (2021)	PIB Per Capita (2019)	% Despesas com Meio Ambiente/Receitas Totais	
					Autorizadas (2021)	Empenhadas (2021)
Renascença	65,79	6,8	6.772	37.963	1,02%	0,91%
Coronel Vivida	73,68	6,6	20.430	32.514	0,91%	0,84%
Santa Izabel do Oeste	73,68	7,2	14.924	23.153	1,58%	1,40%
Sulina	73,68	7,0	2.880	33.432	0,08%	0,07%
Flor da Serra do Sul	76,32	7,1	4.583	25.791	2,20%	3,75%
Barracão	78,95	6,3	5.237	25.652	1,32%	1,74%
Boa Esperança do Iguaçu	78,95	6,1	2.437	35.254	0,00%	0,00%
Mangueirinha	78,95	6,2	16.572	87.399	0,00%	0,76%
Pinhal de São Bento	89,47	7,1	2.742	20.088	0,65%	1,19%
Salgado Filho	89,47	7,1	3.389	26.176	0,12%	0,71%
São Jorge d'Oeste	89,47	7,0	9.005	31.711	0,11%	0,00%
Saudade do Iguaçu	89,47	6,7	5.578	161.583	1,05%	0,85%
Verê	89,47	6,9	7.094	39.178	0,00%	0,00%
Bom Sucesso do Sul	94,74	8,0	3.244	54.460	0,00%	0,00%
Realeza	94,74	7,4	16.976	36.503	6,72%	6,68%
São João	97,37	7,3	10.122	68.497	1,68%	10,76%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nas Tabelas 3 e 4, foram relacionados ao IGDM a nota obtida pelo município no IDEB, a população e o PIB Per Capita. Ao se fazer a comparação entre os elementos da amostra, municípios da região oeste e sudoeste, foram

segregados 8 elementos da amostra com menor pontuação e 8 com maior pontuação, fazendo comparação entre estes.

Os municípios com maior pontuação (8), agrupando as regiões, obtiveram índice acima de 90. O IDEB destes ficou entre 6,1 e 8,0. Em relação ao nível populacional, 5 possuem população inferior a 25.000 habitantes, 2 com população entre 25.000 e 50.000, e somente a cidade de Cascavel com mais de 300.000 habitantes. Deste subgrupo, 5 possuem PIB per capita entre 25.000,00 e 50.000,00, e apenas 3 com PIB superior 50.000,00.

Em relação ao posicionamento geográfico, 5 pertencem a região oeste, sendo Cascavel, Mercedes, Palotina, São Miguel do Iguaçu e Ouro Verde do Oeste, e 3 pertencem a região sudoeste, Bom Sucesso do Sul, Realeza e Ouro Verde do Oeste. Entre os 8 com menor índice, entre 34,21 e 65,79, 7 pertencem a região oeste e 1 está localizado na região sudoeste. Nestes o IDEB ficou entre 5,5 e 7,0. O nível populacional foi inferior a 15.000 habitantes. A menor renda PER Capita foi identificada no município de Ramilândia (18.438) e a maior em Tupãssi (40.265). Estes dados confirmam o estudo realizado por Leite Filho et al. (2015), os quais afirmam que o nível de transparência está relacionado com o tamanho da população e o desenvolvimento socioeconômico. Na mesma linha, Queiroz et al. (2013), concluem que os municípios com maior nível de desenvolvimento econômico tendem a maior divulgação dos dados.

Entre os 5 municípios com maior população (Tabela 5), acima de 80.000 habitantes, o melhor índice foi atribuído a Cascavel (92,11), com 336.073 habitantes, embora a nota do IDEB seja a menor do grupo, com 6,5. Já o município de Pato Branco, na região sudoeste, possui a menor taxa populacional do subgrupo (84.779) e a melhor nota no IDEB (7,3). Por outro lado, a cidade de Foz do Iguaçu, que possui o maior PIB obteve e menor IGDM no grupo dos 5 maiores.

Tabela 5. Comparativo entre os municípios mais populosos da região oeste e sudoeste (acima de 80.000 habitantes).

Posição (IGDM)	Municípios	IGDM (2022)	IDEB (2019)	POP (2021)	PIB Per Capita (2019)
27	Foz do Iguaçu	76,32	7,1	257.971	61.024
46	Francisco Beltrão	81,58	6,7	93.308	36.116
58	Pato Branco	84,21	7,3	84.779	48.311
72	Toledo	89,47	6,7	144.601	44.017
85	Cascavel	92,11	6,5	336.073	38.369

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O município de Bom Sucesso do Sul se destaca tanto pela classificação no IGDM, na nota do IDEB e por estar entre os que possuem maior PIB, embora esteja entre os 10 que possuem menor população.

Ratificando a pesquisa de Cruz et al. (2010), os dados direcionam para a existência de relacionamento entre condições socioeconômicas e o nível de transparência na divulgação de informações sobre a gestão pública, bem como, para Alves et al. (2021), ainda há altos níveis de opacidade nas gestões municipais, principalmente nos municípios menores. Os índices apurados corroboram com a afirmação de Queiroz et al. (2013), pois o nível de transparência ainda é baixo na maior parte dos municípios brasileiros, principalmente nos pequenos municípios os quais possuem condições socioeconômicas desfavoráveis.

Reafirma-se a conclusão de Zuccolotto e Teixeira (2017), no sentido de que os níveis de divulgação de informações orçamentárias pelos entes subnacionais ainda são incipientes. Em geral, as informações divulgadas demonstram dados padronizados em relatórios técnicos de difícil entendimento para os cidadãos.

Após análise comparativa entre o IGDM e os dados adentra-se na gestão operacional dos municípios, na qual são apurados os gastos efetuados com gestão ambiental e a evidenciação destes através da execução orçamentária. Observou-se que 20 municípios da região oeste mencionaram os termos de busca textual “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” na lei do planejamento plurianual, correspondendo a 40% da amostra que é composta por 50 municípios, e apenas 5 citaram os termos nas ações e objetivos descritos nos anexos da mencionada lei, correspondendo a 10% da amostra.

Dentre os 9 municípios com menor IGDM, apenas 2 (22,22%) fizeram menção aos termos da busca e não os citaram nos anexos. Já nos 9 municípios que obtiveram melhor pontuação IGDM 6 (66,66%) mencionaram os termos de busca e 3 (33,33%) os colocaram nos objetivos e ações presentes nos anexos.

Destaca-se que apenas o município de Mercedes demonstrou em seu planejamento de maneira clara e objetiva os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, este fez o relacionamento de cada ação com os ODS que se pretendia atender.

Na região Sudoeste houve a incidência de 10 citações na lei, correspondente a 23,80% da amostra e não foram localizados os termos nos objetivos e ações. Dentre os municípios componentes da amostra, os termos foram citados nas leis de 2 municípios classificados com IGDM mais alto e não foi citado em nenhum dos que possuem menor IGDM.

Na análise da execução orçamentária foi verificado que o município que destinou maior percentual de sua receita (8,43%) para a função de gestão ambiental no ano de 2021 foi Diamante do Oeste, tendo empenhado quase sua totalidade (8,20%). Se faz necessário mencionar que o referido município não faz parte do subgrupo classificado com os melhores IGDM. Destaca-se que o município de Mercedes foi o único que relacionou em seu PPA as ações para atender os ODS, entretanto, autorizou e empenhou apenas 0,19% e 0,14% de sua despesa respectivamente.

Por outra perspectiva o município de Bom Sucesso do Sul, o qual obteve uma das maiores pontuações na apuração do IGDM, não citou os termos da pesquisa na lei do planejamento e em seus anexos, não destinou recursos e não realizou empenhos na função correspondente a gestão ambiental no ano de 2021.

Este cenário pode ser justificado pela utilização da assimetria informacional buscando realizar ações que tornem o gestor visível à sociedade, aparentando eficiência e promovendo a popularidade com objetivo de manutenção do poder. Para Rocha (2022), pressupõe-se que os gestores públicos não se preocupam apenas com resultados positivos e na prestação de serviços públicos de forma eficiente, mas se interessam em se manter no poder, em influenciar nas políticas públicas para atingir objetivos próprios, além de frisar numa finalidade eleitoreira. Dessa forma, em pequenos municípios, onde

geralmente os recursos são escassos, pode ser mais útil ao gestor investir em ações que chamem a atenção da sociedade que em ações que promovam o meio ambiente sustentável.

Três municípios classificados com o melhor IGDM (São Miguel do Iguaçu, Cascavel e Realeza), todos pertencentes a região oeste também se classificaram entre os que mais destinaram recursos para a gestão ambiental em 2021. Dentre eles, São Miguel do Iguaçu, planejou um gasto de 6,24% de sua receita inicialmente e elevou para 18,65% quando da realização dos empenhos.

Para o primeiro semestre de 2022 observou-se que, apesar da ocorrência de mudanças no planejamento dos gastos relacionados à função 18, os municípios com maior destinação de recursos ainda são os que possuem maiores IGDM. Entretanto, os dados são parciais e quando comparados ao período anterior, que abrangeu 12 meses, pode ter distorções e ser alterado até o fim do período, portanto não se realizou as análises desse período. Assim, corrobora-se a conclusão de Guerreiro *et al.* (2022), segundo os quais existem muitos obstáculos para a produção e disseminação de informações ambientais.

Após as análises dos indicadores, buscou-se verificar por meio do teste de correlação, quais dos indicadores possuem associação para os recursos aplicados pelos municípios em meio ambiente na função 18 do PPA.

Observa-se, por meio da Tabela 6, que as variáveis População (log) e Índice da Educação Básica – IDEB apresentaram correlação estatisticamente significativa com a variável *ExecOrc2021*. Verifica-se que as demais variáveis não apresentaram correlação estatisticamente significativa. No entanto, das demais variáveis, apenas PIB *Per Capita* Anual não é uma variável considerada *dummy*.

Tabela 6. Teste de correlação de *Spearman* entre Variável ExecOrc2021 e variáveis independentes.

	ExecOrc2021		ExecOrc2021		
	Coefficiente de Correlação	Sig.	Coefficiente de Correlação	Sig.	
Índice da educação básica	0,326**	0,002	Formação do Gestor Ensino Superior	0,038	0,718
População	0,416**	0	Agrícola pecuária	-0,196	0,061
PIB <i>Per Capita</i> Anual	0,121	0,249	Industrial Turismo	0,09	0,393
Formação do Gestor Ensino Básico Fundamental	-0,026	0,804	Comércio e Serviços	0,193	0,066
Formação do Gestor Ensino Médio	-0,036	0,736	Masculino	-0,053	0,614
Índice Geral de Transparência do Município	0,033	0,758			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Após a análises da correlação, buscou-se, por meio de regressão multivariada dos dados das tabelas 3 e 4, identificar quais dos indicadores possuem poder explicativo para os recursos aplicados pelos municípios em meio ambiente na função 18 do PPA (Tabela 7).

Tabela 7. Influência do nível populacional, IDEB, formação e sexo do gestor, PIB *per capita*, Tipo de atividade predominante, e Índice de disclosure do Município sobre despesas com meio ambiente.

Variáveis Independentes		Variável dependente: Execução Orçamentária em 2021. % de despesas com meio ambiente em relação as despesas totais			
Variáveis incluídas	Coeficiente	Significância	t	VIF	
Constante	-0,056	0,000	-3,781	-	
População	$17,718 \times 10^{-3}$	0,000	4,746	1,039	
Índice da educação básica (Ideb)	$1,933 \times 10^{-4}$	0,001	3,378	1,053	
Formação do Gestor Ensino Superior	-0,008	0,027	-2,249	1,078	
Variáveis excluídas	Coeficiente	Significância	t	VIF	
Pib Per Capita Anual	-0,120	0,196	-1,303	1,067	
Formação do Gestor Ensino Básico Fundamental	-0,033	0,733	-0,343	1,149	
Formação do Gestor Ensino Médio	0,030	0,854	0,185	3,141	
Agrícola pecuária	0,076	0,492	0,690	1,517	
Industrial Turismo	-0,129	0,185	-1,336	1,169	
Comércio e Serviços	0,090	0,379	0,883	1,298	
Masculino	-0,057	0,534	-0,625	1,013	
Índice Geral de Transparência do Município	,0150	0,883	0,147	1,236	
R ²	0,294				
Estatística Z	12,218	0,00			
Durbin-Watson	2,416				

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A partir dos resultados obtidos na Tabela 7, é possível observar que, das 11 variáveis independentes elencadas na pesquisa, apenas 3 delas

apresentaram significância estatística, sendo elas: População (log); Índice da educação básica – IDEB; e Formação do Gestor Ensino Superior.

Já o coeficiente de determinação (R Square – R^2), mede o grau de ajustamento da reta de regressão às observações e indica a proporção da variabilidade da variável dependente que é explicada pelas variações nas variáveis independentes. Desta forma, o R^2 indica que 29,40% da variação na variável dependente *ExecOrc2021* pode ser explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes População (log), Índice da educação básica – IDEB, entretanto a Formação do Gestor Ensino Superior, possui relação negativa (menos de 0,01%) com a aplicação de recursos com o meio ambiente, ou seja, quanto melhor for a formação do gestor, menor será alocação de recursos.

Os gestores públicos buscam se aproveitar da assimetria informacional (Teoria de Agência) para agir em interesse próprio, tomando decisões que visam aparentar competência e popularidade entre os cidadãos, com foco na reeleição e recondução de seus partidos (CAVALCANTE, 2016). Nesse sentido a formação do gestor lhe fornece vantagem no conhecimento sobre decisões que envolvam política e sociedade e propiciam escolher quais ações podem resultar na manutenção do poder.

A variável População apresentou influência positiva estatisticamente significativa. Este resultado corrobora os achados de Bueno (2013) e Pereira e Figueiredo Neto (2018). Assim, observa-se que quanto maior a população, maior o gasto com despesas relacionadas ao meio ambiente.

Em que pese a influência da variável população na totalidade dos municípios sob análise, em alguns dos entes com baixo índice populacional houve investimento significativo em gestão ambiental, conforme se demonstra na Tabela 8.

Tabela 8. Relação Gastos Ambientais e População.

MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE	IGDM	POPULAÇÃO	GASTOS C/ GESTÃO AMBIENTAL	GASTOS / POPULAÇÃO (R\$)
Campo Bonito	71,05	3.694	1.448.179,78	392,04
Flor da Serra do Sul	76,32	4.583	523.641,72	114,26
Entre Rios do Oeste	86,84	4.651	1.512.021,92	325,10
Nova Esperança Sudoeste	84,21	5.014	435.976,73	86,95
Barracão	78,95	5.237	643.760,90	122,93
Diamante d'Oeste	76,32	5.279	2.144.922,95	406,31
Pérola d'Oeste	89,47	6.232	2.824.886,54	453,29
Vitorino	84,21	6.879	819.154,22	119,08
Nova Santa Rosa	84,21	8.311	2.407.474,12	289,67
Santa Tereza do Oeste	71,05	10.055	2.062.800,88	205,15
Itaipulândia	34,21	11.588	2.731.656,56	235,73
Clevelândia	89,47	16.344	2.539.138,34	155,36
Realeza	94,74	16.976	4.477.511,66	263,76
Terra Roxa	81,58	17.562	4.005.103,79	228,06
Matelândia	84,21	18.266	4.173.081,41	228,46
Dois Vizinhos	84,21	41.424	3.844.994,11	92,82

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A variável PIB não apresentou influência estatisticamente significativa. Este resultado vai contra o encontrado nos trabalhos de Konisky e Woods (2012) e Pereira e Figueiredo Neto (2018). Na sequência apresenta-se as considerações finais do estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão ambiental é um dos pilares para se obter um desenvolvimento sustentável, nesse sentido é primordial que a população tenha conhecimento de como o seu gestor municipal aloca recursos na proteção/recuperação do meio ambiente. Uma das ferramentas a disposição dos cidadãos é a internet, através dos portais dos municípios. Amparado por ampla legislação é possível quando demonstrado pelo ente público identificar como, onde e quanto recurso foi destinado ao meio ambiente.

Dado ao crescente interesse de pesquisadores, aliado a agenda mundial como as ODS, esse estudo teve por objetivo investigar quais são os fatores explicativos para o volume de recursos aplicados ao meio ambiente nos municípios da região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, no ano de 2021, tendo como base o nível de evidenciação (*disclosure*) dos municípios (2022), o IDEB (2019), População (2021), principal Atividade Econômica (2021), PIB *Per Capita* (2019) e nível Educacional do Gestor (2020).

Com base na literatura pesquisada, construiu-se o nível de *disclosure* comparando as 2 regiões analisadas, os índices finais obtidos possuem pouca divergência, embora a pontuação mínima tenha ocorrido com maior amplitude. O índice mínimo ficou entre 34,21 e 65,79 e os máximo entre 97,74 e 97,37.

Nas análises vinculando-se o nível de divulgação, IDEB, População, Pib Per Capita, com o percentual de recursos aplicados no meio ambiente, com base de função 18 dos Planos Plurianuais (as demais variáveis são *Dummy*), foi possível identificar que alguns municípios apresentam maior compromisso com o meio ambiente em relação a outros, como por exemplo, Diamante do Oeste, o qual destinou (8,43%) e empenhou (8, 20%) de suas despesas totais para com o meio ambiente. Destaca-se que este município foi não faz parte classificado como um dos melhores IGDM.

Por outro lado, municípios classificados com o melhor IGDM (São Miguel do Iguçu, Cascavel e Realeza), foram os que mais destinaram recursos para a gestão ambiental em 2021. No entanto, o município de Bom Sucesso do Sul, o qual obteve uma das maiores pontuações na apuração do IGDM, não destinou recursos e não realizou empenhos na função correspondente a gestão ambiental

no ano de 2021. Percebe-se por estas análises, que ter um nível elevado de divulgação não é sinônimo de aplicação de recursos no meio ambiente. Com base nesses achados, o estudo buscou através de regressão linear multivariada identificar os fatores explicativos dos volumes aplicados pelos gestores no meio ambiente.

Os resultados encontrados demonstram uma vinculação do tamanho da população, do índice da educação básica, como fatores explicativos para uma maior destinação de recursos para meio ambiente, frente as despesas totais dos municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná. Diferente do esperado, a formação do gestor em nível superior influência negativamente, além disso o nível de evidenciação, PIB *per capita* e atividade econômica preponderante, não possuem poder explicativo dos volumes de gastos com o meio ambiente.

No Brasil os baixos percentuais de valores aplicados na gestão ambiental frente as despesas totais tendem a ser insuficientes e instáveis, seja por crises econômicas ou descontinuidade (BORINELLI et al., 2011). Isso alimenta a crise ambiental, pois para reverter este cenário de degradação e de aumento de custos futuros, é necessário investimento no presente (MARQUES, 2018).

Como limitações do estudo, destaca-se a discricionariedade das variáveis utilizadas, pois há estudos com outras variáveis conjugadas com algumas das utilizadas no estudo. Também pelo fato de que as informações foram obtidas exclusivamente nos sites dos municípios, em que a forma de alocação de gastos com meio ambiente pode estar alocada sob outra rubrica. Entretanto isso não inviabiliza o estudo, pois os resultados apresentados, podem balizar uma comparação com outros estudos e até mesmo despertar uma busca pela padronização de alocação e apresentação dos gastos com o meio ambiente por parte dos gestores dos municípios.

Recomenda-se para estudos futuros, replicar esta pesquisa com dados obtidos e homologados pelo tribunal de contas do estado, bem como replicar a outros estados com características diferentes. Ainda incluir outras variáveis já utilizadas em outros estudos.

Assim, este estudo contribui com a literatura na medida em que se propôs analisar a relação do nível de investimento em gestão ambiental dos municípios sob os preceitos da teoria da agência e teoria stakeholders, bem como contribui para a área ambiental no que se refere a fomentar o

acompanhamento das ações e gastos em gestão ambiental nos municípios que compõem a amostra, e assim, procura demonstrar a transparência lançada sobre os mencionados gastos.

6 REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L. Os avanços e os dilemas do modelo pré-burocrático: A reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, SPINK, Peter, (Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ALVES, Josias Fernandes; MIRANDA, Adílio Renê Almeida; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; SOUZA, Paulo Roberto Rodrigues de. **Ranking de transparência ativa de municípios do Estado de Minas Gerais: avaliação à luz da Lei de Acesso à Informação**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 564-581, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/yMhdYS9jWJMK3HZ8Jyqgbkg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de nov. 2022.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa: Fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Juliana Maria de; MARTIN, Débora Gonzaga; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FARIA, Evandro Rodrigues de. **Fatores determinantes do nível de transparência governamental**. Revista Científica Hermes, v. 27, p. 228-251, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4776/477665801004/html/>. Acesso em 25 de nov. 2022.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública da teoria à prática**. 2ª ed. Atualizada. São Paulo: Saraiva. 2009.

AVELINO, Bruna Camargos; CARMO, Mário Poueri do; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; COLAUTO, Romualdo Douglas. **Índice de disclosure nos Estados Brasileiros: Uma abordagem da Teoria da Divulgação**. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 8., São Paulo, 2011. Anais... USP, 2011. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos112011/264.pdf>. Acesso em 14 de nov. 2022.

BARZELAY, Michael. **The new public management: improving research and policy dialogue**. University of California Press, Berkeley, CA, 2001.

BEUREN, Ilse Maria; MOURA, Geovanne Dias de; KLOEPPEL, Nilton Roberto. **Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros**. Revista Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 421- 441, mar./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/fx3SQLv5yqbpDRs8Rgp4jQD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 de nov. 2022.

BORINELLI, Benilson; TRIDAPALLI, Juarez Paulo; CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza; CASTRO, Cristiane. **Gastos públicos em meio ambiente no Estado do Paraná: Uma análise exploratória para o período de 2002 a 2009**. Revista de Políticas Públicas, 15(1), 99-108. Disponível em

<https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129112010.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 10 de mar. 2022.

BRASIL, 2000. **Lei Complementar 101, de 04 de março de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 10 de mar. 2022.

BRASIL, 2007. **Lei 11.638/2007. Dispõe sobre a convergência das normas brasileiras de contabilidade a IFRS**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 10 de mar. 2022.

BRASIL, 2008. Ministério da Fazenda. **Portaria 184/2008**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 10 de mar. 2022.

BRASIL, 2009a. **Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a obrigatoriedade em liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações sobre a execução orçamentária e financeira. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 11 de mar. 2022.

BRASIL, 2009b. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Fazenda Nacional 2009. Disponível em <https://sisweb.tesouro.gov.br>. Acesso em 03 de jul. 2022.

BRASIL, 2011. **Lei 12.527/11, Lei de Acesso à informação Pública**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 12 de mar. 2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um Novo Estado. Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BROADBENT, Jane; LAUGHLIN, Richard. **Control and Legitimation in Government Accountability Process: The Private Finance Initiative in UK**. *Critical Perspectives on Accounting*, v.14, n.1-2, p. 23–48, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/cpac.2001.0525>. Acesso em 14 de nov. 2022.

BROIETTI, Cleber. **Determinantes dos gastos públicos em gestão ambiental nos municípios da região Sul do Brasil no período de 2002 a 2019**. 22^o USP Internatiol Conference in Accounting. 2020. Disponível em <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22Usplnternational/Artigos>. Acesso em 03 de fev. 2023.

BUENO, W. **Gasto público ambiental: uma análise dos municípios paranaenses no período de 2002 a 2011**. 146f. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CASTRO, Domingos Poubel; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAVALCANTE, Pedro. **Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais.** Revista de Administração Pública, v. 50, n. 2, p. 307-330, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612146623>. Acesso em 17 de nov. 2022.

CAVALCANTI, Clovis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** Cortez, 2001.

CHIRINÉA, Andréia Melinda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3FwTBZ79fLPRRwHFfVgmkP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 30 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/** Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/NBCT-16_1-a-16_11_Setor_P%C3%BAblico.pdf. Acesso em 10 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Revogação da Resolução no 750/1993: contexto e considerações.** Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes/>. 2016. Acesso em 10 de nov. 2022.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO Jr, José Celso. **A Função dos planos plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: uma avaliação da trajetória dos PPAS no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023.** Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em 19 de set. 2022.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. **Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro.** Contabilidade Gestão e Governança. Brasília, v. 12., n.3, p. 102-115, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8430/transparencia-da-gestao-fiscal--um-estudo-a-partir-dos-portais-eletronicos-dos-maiores-municipios-do-estado-do-rio-de-janeiro/i/pt-br>. Acesso em 12 de nov. 2022.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza; SILVA, Lino Martins; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Um Estudo Empírico sobre a Transparência da Gestão Pública dos Grandes Municípios Brasileiros.** EnAPG 2010. Vitória – ES, 2010. Anais EnAPG 2010.

CRUZ, Vania Luiza Pagliari; LIMA, Nilton Cesar; SILVA, Christian Luiz da. **Gestão municipal: transparência dos portais eletrônicos como promotores do accountability.** AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, v. 9, n.

2, p. 1 - 13, set. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v9i2.73180>. Acesso em 20 de jul. 2022.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. **Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal**. In: Congreso Internacional del CLAD sobre a reforma del Estado y de la Administración Pública, 11, 2006, Ciudad de Guatemala. Anais. Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. **The New Public Service: Expanded Edition**. New York: M.E. Sharpe, 2007.

DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. **Estatística aplicada à administração e à economia**. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2008.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS-5**. Penso Editora, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson.; NUNES, Felipe; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SANTOS, Manoel Leonardo; BATISTA, Mariana; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. **O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)**. Revista Política Hoje, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011. Acesso em 13 out. 2022.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens. **Governança organizacional aplicada ao setor público**. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 oct. 2003.

FRANCO, Luciane Maria Gonçalves; REZENDE, Denis Alcides, FIGUEIREDO, Frederico de Carvalho; NASCIMENTO, Cristiano do. **Transparência na divulgação da contabilidade pública municipal paranaense no ambiente da internet**. EnANPAD 2012. Rio de Janeiro – RJ, 2012. Anais EnANPAD 2012.

FREITAS, Eduardo de. **Economia do Paraná**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-parana.htm>. Acesso em 31 de jan. 2023.

GÓES, Helna Almeida de Araujo; REIS, Germano Glufke; ABIB, Gustavo. **When stakeholder theory meets justification theory: an intersection proposal**. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 4, p. 901-917, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200179>. Acesso em 14 de dez. 2022.

GROSSELI, Sirlei. **A dimensão socioambiental nos planos diretores dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu**. 111f. 2022 Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6121>. Acesso em 29 de jul. 2022.

GUERREIRO, Irene Costa Freitas; VASCONCELLOS, Mário; CONDURÚ, Marise Teles. **Transparência ambiental: da disponibilidade ao acesso à**

informação ambiental. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 26, n. 4 p. 3-37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/4027>. Acesso em 22 jul. 2022.

HAIR, Joseph F. Jr.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. **Análise Multivariada de Dados.** 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOGAN, D. J. **Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 31, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300004>. Acesso em: 15 out. 2022.

HOOD, Christopher. **A public management for all seasons.** Public Administration, v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>. Acesso em 14 out. 2022.

INEP - **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 10 jun. 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico 2010. Metodológicas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 de jun. 2022.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social. Cadernos Municipais.** Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em 20 de jun. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** Disponível em <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2023.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure.** Journal of Financial Economics, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X). Acesso em 15 de out. 2022.

JUND, Sérgio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KONISKY, David M.; WOODS, Neal D. **Measuring state environmental policy.** Review of Policy Research, v. 29, n. 4, p. 544-569, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.2012.00570.x>. Acesso em 14 de nov. 2022.

LARBI, G.A., **Overview of Public Sector Management Reform.** United Nations Research Institute for Social development, Discussion paper 112, 1999, updated 2003. Disponível em: <https://docplayer.net/11583612-Source-larbi-g-a-united-nations-research-institute-for-social-development-discussion-paper-112-1999-updated-2003.html>. Acesso em 12 de out. 2022.

LAZARETTI, Launa Rossetto; SOUZA, Osmar Tomaz de. **População e meio Ambiente: Uma análise de acoplamento para o caso brasileiro (1991-2014)**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 30, n. 1, p. 101-119, 2019. Disponível em <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/230/226>. Acesso em 26 de jan. 2023.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; ANDRADE, Izabela Cristina Fonseca; COLARES, André Felipe Vieira. **Transparência da Gestão Fiscal Pública: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais**. XI Congresso USP de iniciação científica em contabilidade. São Paulo, 21 a 23 de julho de 2014.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. Administração Pública e Gestão Social, v. 2, n. 1, p. 109–134, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.4015>. Acesso em 5 de nov. 2022.

MAURO, C. Questões ambientais dos municípios. In: ROCHA, G. **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no estado do Pará**. Belém: NUMA/UFGPA Edufra, 2007.

OLIVEIRA, Meilyng Leone. **Desenvolvimento sustentável e os municípios: uma análise sob a perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da Lei no 13493/2017 (PIV - Produto Interno Verde)**. Revista de Direito e Sustentabilidade, v. 4, n. 1, p. 59–76, 2018. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/4345>. Acesso em 15 dez. 2022.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública**. Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan/mar 2007. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>. Acesso em 12 de dez. 2022.

PEREIRA, Breno Augusto Diniz; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Contribuições para a consolidação da New Public Governance: identificação das dimensões para sua análise**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 111–122, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200104>. Acesso em 5 de nov. 2022.

PEREIRA, Paulo Vinicius de Miranda; FIGUEIREDO NETO; Leonardo Francisco Figueiredo. **Variáveis socioeconômicas e gastos públicos ambientais dos municípios brasileiros: uma análise no período de 2005-2015**. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, v. 11, n. 2, p. 826-842,

2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2734/273458851004/html/>. Acesso em 14 e nov. 2022.

POLLITT, Cristopher, SUMMA, Hilikka. **An Impeditive Administrative Culture? The Legacy of Australia's First Auditor-General on the Australian Audit Office.** Public Administration, v. 75, p. 313-336, 1997.

QUEIROZ, Dimas Barreto de; NOBRE, Fabio Chaves; SILVA, Wesley Vieira da; Aneide; ARAÚJO, Oliveira Araújo. **Transparência dos Municípios do Rio Grande do Norte: Avaliação da relação entre o nível de *disclosure*, tamanho e características socioeconômicas.** Revista Evidenciação Contábil & Finança. João Pessoa, v.1, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em 15 de nov. 2022.

RATTNER, Henrique. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da História.** Revista Espaço Acadêmico, v. 2, n. 14, 11 dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40544>. Acesso em: 03 fev. 2023.

REIS, Heraldo da Costa. **Princípios Fundamentais de Contabilidade: Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e lei nº 4.320/64.** Rio de Janeiro: Ibam, 1995.

ROCHA, Tiago Carneiro da. **Dinâmica espacial da transparência fiscal e fatores explicativos nos municípios brasileiros.** 2022. 93 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/29663>. Acesso em 06 de nov. 2022.

SEED – **A ocupação do oeste e do sudoeste.** Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=325#main-content>. Acesso em 31 de jan. 2023.

SILVA, Luana Carolina da; ROSA, Fabricia Silva da. **Indicadores de desenvolvimento sustentável das mesorregiões catarinenses: uma análise comparativa.** Revista Ambiente Contábil, v. 12, n. 1, p. 273–294, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n1ID18340>. Acesso em 13 de nov. 2022.

SILVA, Evaldo José da; FILHO, Marcos Aurélio Sales. **A influência do grau de instrução do gestor público no desempenho financeiro dos municípios.** XVIII USP Internacional Conference in Accounting. Disponível em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/1061.pdf>. Acesso em 01 de fev. 2023.

TRE – Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 2020.** <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/>. Acesso de 01 a 16 jun. 2022.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade** - Brasília: Enap, 2019. Disponível em https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5_Livro_Governan%C3%A7a%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf. Acesso em 05 de nov. 2022.

VIEIRA, Michelle Aparecida; ÁVILA, Lucimar Antonio Cabral de. **Nível da transparência pública e as características socioeconômicas dos municípios brasileiros**. Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 77-93, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v11i3>. Acesso em 21 nov. 2022.

VIGODA, Eran. **From responsiveness to collaboration: governance, citizens, and the next generation of public administration**. Public Administration Review, v. 62, n. 5, p. 527- 540, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1540-6210.00235>. Acesso em 14 de nov. 2022.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os estados brasileiros**. Organizações & Sociedade, v. 24, n. 82, p. 390–411. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9240822>. Acesso em 11 de nov. 2022.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro** – Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4161>. Acesso em 10 out de 2022.

7 APÊNDICE

Apêndice A - Dados dos Municípios

Municípios Região Oeste e Sudoeste	Índice Geral (2022)	IDEB (2019)	População (2021)	PIB Per Capita (2019) R\$.	Municípios Região Oeste e Sudoeste	Índice Geral (2022)	IDEB (2019)	População (2021)	PIB Per Capita (2019) R\$.
Ampére	84,21	6,7	19.466	31.119	Maripá	73,68	6,5	5.562	61.071
Anahy	44,74	6,2	2.774	30.793	Marmeleiro	78,95	6,8	14.407	29.586
Assis Chateaubriand	73,68	6,9	33.306	35.144	Matelândia	84,21	6,3	18.266	47.094
Barracão	78,95	6,3	5.237	25.652	Medianeira	84,21	7,3	46.940	42.296
Bela Vista da Caroba	86,84	5,9	3.404	19.711	Mercedes	92,11	6,4	5.617	35.575
Boa Esperança do Iguaçu	78,95	6,1	2.437	35.254	Missal	84,21	6,4	10.706	34.102
Boa Vista da Aparecida	81,58	5,3	7.524	18.559	Nova Aurora	73,68	7,2	10.131	53.014
Bom Jesus do Sul	86,84	6,5	3.472	19.827	Nova Esperança Sudoeste	84,21	6,5	5.014	22.387
Bom Sucesso do Sul	94,74	8,0	3.244	54.460	Nova Prata do Iguaçu	81,58	6,3	10.540	30.313
Braganey	78,95	6,4	5.338	32.591	Nova Santa Rosa	84,21	6,7	8.311	41.109
Cafelândia	73,68	6,8	18.783	75.276	Ouro Verde do Oeste	94,74	6,3	6.036	29.761
Campo Bonito	71,05	6,4	3.694	34.941	Palmas	89,47	5,1	52.503	22.797
Capanema	89,47	6,7	19.172	30.783	Palotina	92,11	6,5	32.389	67.284
Capitão Leônidas Marques	78,95	6,5	15.887	81.461	Pato Bragado	71,05	6,4	5.755	30.417
Cascavel	92,11	6,5	336.073	38.369	Pato Branco	84,21	7,3	84.779	48.311
Catanduvas	71,05	6,1	10.144	23.843	Pérola d'Oeste	89,47	6,4	6.232	24.597
Céu Azul	86,84	7,2	11.872	23.843	Pinhal de São Bento	89,47	7,1	2.742	20.088
Chopinzinho	86,84	6,4	19.083	34.459	Planalto	81,58	7,0	13.385	23.639
Clevalândia	89,47	5,7	16.344	31.042	Pranchita	86,84	5,8	5.035	38.984
Corbélia	76,32	6,3	17.162	39.551	Quatro Pontes	78,95	7,1	4.043	42.787
Coronel Domingues Soares	84,21	5,4	7.538	25.754	Ramilândia	65,79	6,2	4.500	18.438
Coronel Vivida	73,68	6,6	20.430	32.514	Realeza	94,74	7,4	16.976	36.503
Cruzeiro do Iguaçu	81,58	6,6	4.229	27.001	Renascença	65,79	6,8	6.772	37.963
Diamante do Sul	86,84	6,3	3.409	16.272	Salgado Filho	89,47	7,1	3.389	26.176
Diamante d'Oeste	76,32	6,0	5.279	19.427	Salto do Lontra	84,21	6,5	14.957	25.170
Dois Vizinhos	84,21	6,9	41.424	41.240	Santa Helena	81,58	6,9	27.036	36.941
Éneas Marques	81,58	7,5	5.906	36.074	Santa Izabel do Oeste	73,68	7,2	14.924	23.153
Entre Rios do Oeste	86,84	6,6	4.651	52.473	Santa Lúcia	86,84	6,1	3.795	30.455
Flor da Serra do Sul	76,32	7,1	4.583	25.791	Santa Tereza do Oeste	71,05	5,9	10.055	37.355
Formosa do Oeste	73,68	6,2	6.345	42.512	Santa Terezinha de Itaipu	81,58	6,8	23.927	24.856
Foz do Iguaçu	76,32	7,1	257.971	61.024	Santo Antonio do Sudoeste	86,84	6,3	20.354	24.891
Francisco Beltrão	81,58	6,7	93.308	36.116	São João	97,37	7,3	10.122	68.497
Guaira	89,47	5,5	33.497	29.170	São Jorge d'Oeste	89,47	7,0	9.005	31.711
Guaraniaçu	60,53	6,4	11.969	29.599	São José das Palmeiras	65,79	5,5	3.601	20.952
Honório Serpa	84,21	6,0	5.030	37.393	São Miguel do Iguaçu	92,11	6,1	27.696	39.876
Ibema	81,58	6,3	6.387	23.232	São Pedro do Iguaçu	81,58	6,1	5.745	31.218
Iguatu	68,42	6,1	2.251	27.853	Saudade do Iguaçu	89,47	6,7	5.578	161.583
Iracema do Oeste	81,58	6,6	2.216	33.712	Serranópolis do Iguaçu	73,68	8,5	4.460	46.480
Itaipulândia	34,21	7,0	11.588	33.176	Sulina	73,68	7,0	2.880	33.432
Itapejara d'Oeste	89,47	7,3	12.220	44.648	Terra Roxa	81,58	6,0	17.562	35.701
Jesuítas	71,05	6,4	8.251	37.961	Toledo	89,47	6,7	144.601	44.017
Lindoeste	55,26	5,6	4.488	35.755	Três Barras do Paraná	89,47	6,4	12.036	27.065
Manfrinópolis	89,47	6,5	2.442	25.151	Tupãssi	55,26	6,8	8.105	40.265
Mangueirinha	78,95	6,2	16.572	87.399	Vera Cruz do Oeste	68,42	5,8	8.389	27.934
Marechal Cândido Rondon	89,47	6,2	54.031	44.301	Verê	89,47	6,9	7.094	39.178
Mariópolis	78,95	6,5	6.655	44.043	Vitorino	84,21	6,9	6.879	51.169

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Apêndice B – Relação de Gastos Ambientais e População da Região Oeste

MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE	IGDM	POPULAÇÃO	GASTOS C/ GESTÃO AMBIENTAL	GASTOS / POPULAÇÃO (R\$)
Anahy	44,74	2.774	0,00	0,00
Assis Chateaubriand	73,68	33.306	427.363,06	12,83
Boa Vista da Aparecida	81,58	7.524	0,00	0,00
Braganey	78,95	5.338	55.537,74	10,40
Cafelândia	73,68	18.783	1.867.795,72	99,44
Campo Bonito	71,05	3.694	1.448.179,78	392,04
Capitão Leônidas Marques	78,95	15.887	758.855,61	47,77
Cascavel	92,11	336.073	65.829.133,27	195,88
Catanduvas	71,05	10.144	1.313.157,49	129,45
Céu Azul	86,84	11.872	904.033,44	76,15
Corbélia	76,32	17.162	249.985,41	14,57
Diamante do Sul	86,84	3.409	0,00	0,00
Diamante d'Oeste	76,32	5.279	2.144.922,95	406,31
Entre Rios do Oeste	86,84	4.651	1.512.021,92	325,10
Formosa do Oeste	73,68	6.345	364.383,86	57,43
Foz do Iguaçu	76,32	257.971	37.436.560,46	145,12
Guaíra	89,47	33.497	1.734.479,53	51,78
Guaraniaçu	60,53	11.969	2.358.980,95	197,09
Ibema	81,58	6.387	355.931,56	55,73
Iguatu	68,42	2.251	137.551,65	61,11
Iracema do Oeste	81,58	2.216	0,00	0,00
Itaipulândia	34,21	11.588	2.731.656,56	235,73
Jesuítas	71,05	8.251	8.590,90	1,04
Lindoeste	55,26	4.488	12.161,84	2,71
Marechal Cândido Rondon	89,47	54.031	9.910.593,72	183,42
Maripá	73,68	5.562	35.378,40	6,36
Matelândia	84,21	18.266	4.173.081,41	228,46
Medianeira	84,21	46.940	3.471.212,83	73,95
Mercedes	92,11	5.617	60.149,62	10,71
Missal	84,21	10.706	1.659.638,18	155,02
Nova Aurora	73,68	10.131	228.187,92	22,52
Nova Santa Rosa	84,21	8.311	2.407.474,12	289,67
Ouro Verde do Oeste	94,74	6.036	33.154,50	5,49
Palotina	92,11	32.389	3.781.635,35	116,76
Pato Bragado	71,05	5.755	203.351,34	35,33
Quatro Pontes	78,95	4.043	641.589,65	158,69
Ramilândia	65,79	4.500	457.500,00	101,67
Santa Helena	81,58	27.036	4.833.664,24	178,79
Santa Lúcia	86,84	3.795	186.276,88	49,08
Santa Tereza do Oeste	71,05	10.055	2.062.800,88	205,15
Santa Terezinha de Itaipu	81,58	23.927	3.853.006,84	161,03
São José das Palmeiras	65,79	3.601	0,00	0,00
São Miguel do Iguaçu	92,11	27.696	4.774.338,39	172,38
São Pedro do Iguaçu	81,58	5.745	995.568,69	173,29
Serranópolis do Iguaçu	73,68	4.460	404.090,41	90,60
Terra Roxa	81,58	17.562	4.005.103,79	228,06
Toledo	89,47	144.601	15.041.672,34	104,02
Três Barras do Paraná	89,47	12.036	1.194.796,58	99,27
Tupãssi	55,26	8.105	826.943,03	102,03
Vera Cruz do Oeste	68,42	8.389	338.475,22	40,35

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Apêndice C - Relação de Gastos Ambientais e População da Região Sudoeste

MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE	IGDM	POPULAÇÃO	GASTOS C/ GESTÃO AMBIENTAL	GASTOS / POPULAÇÃO (R\$)
Ampére	84,21	19.466	652.218,01	33,51
Barracão	78,95	5.237	643.760,90	122,93
Bela Vista da Caroba	86,84	3.404	0,00	0,00
Boa Esperança do Iguaçu	78,95	2.437	0,00	0,00
Bom Jesus do Sul	86,84	3.472	0,00	0,00
Bom Sucesso do Sul	94,74	3.244	0,00	0,00
Capanema	89,47	19.172	148.922,91	7,77
Chopinzinho	86,84	19.083	1.088.581,26	57,04
Clevelândia	89,47	16.344	2.539.138,34	155,36
Coronel Domingues Soares	84,21	7.538	434.832,79	57,69
Coronel Vivida	73,68	20.430	694.457,71	33,99
Cruzeiro do Iguaçu	81,58	4.229	123.277,06	29,15
Dois Vizinhos	84,21	41.424	3.844.994,11	92,82
Éneas Marques	81,58	5.906	175.179,91	29,66
Flor da Serra do Sul	76,32	4.583	523.641,72	114,26
Francisco Beltrão	81,58	93.308	7.159.185,22	76,73
Honório Serpa	84,21	5.030	333.343,42	66,27
Itapejara d'Oeste	89,47	12.220	0,00	0,00
Manfrinópolis	89,47	2.442	77.777,48	31,85
Mangueirinha	78,95	16.572	713.564,50	43,06
Mariópolis	78,95	6.655	51.664,30	7,76
Marmeleiro	78,95	14.407	0,00	0,00
Nova Esperança Sudoeste	84,21	5.014	435.976,73	86,95
Nova Prata do Iguaçu	81,58	10.540	0,00	0,00
Palmas	89,47	52.503	165.839,13	3,16
Pato Branco	84,21	84.779	4.493.943,64	53,01
Pérola d'Oeste	89,47	6.232	2.824.886,54	453,29
Pinhal de São Bento	89,47	2.742	180.519,19	65,83
Planalto	81,58	13.385	954.361,37	71,30
Pranchita	86,84	5.035	0,00	0,00
Realeza	94,74	16.976	4.477.511,66	263,76
Renascença	65,79	6.772	247.939,65	36,61
Salgado Filho	89,47	3.389	18.487,80	5,46
Salto do Lontra	84,21	14.957	47.076,70	3,15
Santa Izabel do Oeste	73,68	14.924	807.999,13	54,14
Santo Antonio do Sudoeste	86,84	20.354	1.472.006,86	72,32
São João	97,37	10.122	759.662,50	75,05
São Jorge d'Oeste	89,47	9.005	304,11	0,03
Saudade do Iguaçu	89,47	5.578	423.183,00	75,87
Sulina	73,68	2.880	18.310,17	6,36
Verê	89,47	7.094	0,00	0,00
Vitorino	84,21	6.879	819.154,22	119,08

Fonte: Dados da pesquisa (2022).